



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVI — N.º 151

QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1971

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 164.^a SESSÃO EM 10 DE NOVEMBRO DE 1971

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

N.º 241/71 (n.º 433/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei Complementar n.º 2/71 — CN, que regula o artigo 69 da Constituição, e dá outras providências (projeto que se transformou na Lei Complementar n.º 12, de 8-11-71).

N.º 242/71 (n.º 434/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 64/71 (n.º 343-A/71, na Casa de origem), que altera o § 2.º do art. 141 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social (projeto que se transformou na Lei n.º 5.729, de 8-11-71).

N.º 243/71 (n.º 435/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei n.º 24, de 1971 — CN, que altera o Decreto-lei n.º 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências (projeto que se transformou na Lei n.º 5.730, de 8-11-71).

N.º 244/71 (n.º 437/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 58/71 (n.º 315-B/71, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 2.º, 3.º, 4.º e 6.º do Decreto-lei n.º 863, de 12 de setembro de 1969, que autoriza o Poder Executivo a instituir, nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, um Programa Especial de Bolsas de Estudo a Acadêmico de Medicina de Faculdade Oficial ou reconhecida (projeto que se transformou na Lei n.º 5.731, de 8-11-71).

2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei do Senado n.º 80, de 1971, que “extingue a garantia de instância nos recursos de decisão administrativa fiscal a que se refere o art. 259 da Lei n.º 4.191, de 24 de dezembro de 1962, aplicável no Distrito Federal, e dá outras providências.

Requerimento n.º 231/71, do Senador Adalberto Sena, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, das Conclusões e Recomendações da Conferência Técnica Sobre

Planejamento e Operação de Mercados Atacadistas na América Latina, organizada pela FAO, em colaboração com a CEMAB-COBAL e realizada em Brasília no período de 18 a 22 de outubro de 1971.

2.3 — Substituição

Do Senador Nelson Carneiro pelo Senador Amaral Peixoto, na Comissão Mista que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 29/71, que “dispõe sobre os Estatutos dos Militares, e dá outras providências”.

2.4 — Discursos do expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO — Concessão da “Medalha Rui Barbosa”, pelo Instituto dos Advogados do Brasil, ao Dr. Sobral Pinto.

SENADOR CARLOS LINDENBERG — 20.º aniversário de fundação da Associação Internacional de Fertilidade.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE).

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Contestando críticas ao município fluminense de São Sebastião do Alto, veiculadas em jornal da Guanabara.

3 — ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões.

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR FRANCO MONTORO — Restauração de prerrogativas do Congresso Nacional, como imperativo do seu concurso nas soluções dos problemas nacionais. Sugestão da CONTEC, com vistas à reforma administrativa do Congresso Nacional. Representação recebida do Sr. José Mendes de Oliveira, referente a seqüestro ocorrido na cidade de Marília.

SENADOR AMARAL PEIXOTO — Homenagem póstuma ao Almirante Amorim do Vale.

SENADOR BENJAMIN FARAH — Solidariedade à homenagem prestada ao Professor Edgar Magalhães Gomes, no Estado da Guanabara, na oportunidade de sua aposentadoria compulsória.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão, Encerramento.

6 — Convocação de reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.

7 — Atas das Comissões.

8 — Composição das Comissões Permanentes.

EXPEDIENTE
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

ATA DA 164.ª SESSÃO
EM 10 DE NOVEMBRO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA, CARLOS LINDENBERG
E RUY CARNEIRO

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Clodomir Milet — Petrónio Portella — Helvidio Nunes — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Wilson Campos — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tórres — Benjamin Farah — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarado aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

EXPEDIENTE
MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

- N.º 241/71 (n.º 433/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei Complementar n.º 2/71-CN, que regula o artigo 69 da Constituição, e dá outras providências (projeto que

se transformou na Lei Complementar n.º 12, de 8-11-71);

- N.º 242/71 (n.º 484/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 64/71 (n.º 343-A/71, na Casa de origem), que altera o § 2.º do art. 141 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social (projeto que se transformou na Lei n.º 5.729, de 8-11-71);

- N.º 243/71 (n.º 435/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei n.º 24, de 1971-CN, que altera o Decreto-lei n.º 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências (projeto que se transformou na Lei n.º 5.730, de 8-11-71);

- N.º 244/71 (n.º 437/71, na origem), de 8 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 58/71 (n.º 315-B/71, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 2.º, 3.º, 4.º e 6.º do Decreto-lei n.º 863, de 12 de setembro de 1969, que autoriza o Poder Executivo a instituir, nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica um Programa Especial de Bolsas de Estudo a Acadêmico de Medicina de Faculdade Oficial ou reconhecida (projeto que se transformou na Lei n.º 5.731, de 8 de novembro de 1971).

PARECERES

PARECERES

N.ºs 542 e 543, de 1971

Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 80, de 1971, que "extingue a garantia de instância nos recursos de decisão administrativa fiscal a que se refere o art. 259 da Lei n.º 4.191, de 24 de dezembro de 1962, aplicável no Distrito Federal, e dá outras providências."

PARECER N.º 542

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Sr. Accioly Filho

Ao Projeto de Lei do Senado n.º 80, de 1971, que dispõe sobre a garantia de instância na interposição de recursos fiscais no Distrito Federal, foi oferecida emenda de iniciativa do Senhor Senador Ruy Santos. A nova proposição visa estender os termos do projeto para incluir, entre os recursos fiscais dispensados da garantia de instância, não só os provenientes da exigência de créditos tributários estaduais do Distrito, como se encontra no texto emendado, mas também os decorrentes de cobrança de quaisquer tributos.

A emenda é constitucional e opino pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 6 de outubro de 1971. — Daniel Krieger, Presidente — Accioly Filho, Relator — Antônio Carlos — Franco Montoro — José Sarney — Gustavo Capanema — Helvidio Nunes — José Lindoso — Eurico Rezende.

PARECER

N.º 543, de 1971

Da Comissão do Distrito Federal

Relator: Sr. Antônio Fernandes

Emenda apresentada, em plenário, pelo Senador Ruy Santos, trouxe de novo às Comissões o presente projeto

de lei. Sobre a modificação pretendida, a Comissão de Constituição e Justiça opinou pela constitucionalidade e juridicidade. A matéria vem, agora, a esta Comissão.

Na justificativa, o Autor assinala que "o projeto faz referência apenas a créditos tributários estaduais". E frisa que, "no Distrito Federal, há tributos de competência estadual, como da municipal". Daí a emenda que, na realidade, apenas suprime a expressão "e exigência de créditos estaduais".

Como se vê, a exclusão preconizada se tiver a interpretação dada pelo Autor, atende ao interesse precipuo do projeto, que é afastar os entraves ora existentes ao exercício do direito de defesa do contribuinte do Distrito Federal, não amparado pelo Decreto-Lei n.º 822, de 7 de outubro de 1969.

É bom salientar, ainda, que na ementa do presente projeto se faz referência ao art. 259 da Lei n.º 4.191, de 24 de dezembro de 1962; no entanto, no texto que se pretende transformar em Lei, omitiu-se a indicação do referido dispositivo. A Comissão de Redação poderá sanar o equívoco.

Ante o exposto, somos pela aprovação da emenda em exame.

Sala das Comissões, em 9 de novembro de 1971. — **Cattete Pinheiro**, Presidente — **Antônio Fernandes**, Relator — **Osires Teixeira** — **Heitor Dias** — **Dinarte Mariz** — **Saldanha Derzi** — **Benedito Ferreira** — **Adalberto Sena** — **Fernando Corrêa**.

PARECER
N.º 544, de 1971

Da Comissão Diretora

Sobre o Requerimento n.º 231, de 1971, do Senador Adalberto Sena, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, das Conclusões e Recomendações da Conferência Técnica sobre Planejamento e Operação de Mercados Atacadistas na América Latina, organizada pela FAO, em colaboração com a CEMAB-COBAL e realizada em Brasília, no período de 18 a 22 de outubro de 1971.

Relator: Sr. Clodomir Milet

A Conferência Técnica sobre Planejamento e Operação de Mercados Atacadistas na América Latina, organizada pela FAO, em colaboração com o CEMAB-COBAL e realizada nesta Capital, de 18 a 22 de outubro do corrente ano, apresentou Conclusões e Recomendações da mais alta importância para o comércio latino-americano.

O documento em apêço começa por definir o que seja mercado atacadista, para, após, enumerar, em quatro itens, recomendações específicas à FAO.

Em seguida, expõe conclusões quanto:

1.º — aos aspectos institucionais de novos mercados;

2.º — aos requisitos necessários às instituições internacionais que financiam projetos de mercados atacadistas;

3.º — ao planejamento de novos mercados atacadistas;

4.º — à operação e gerência de mercados atacadistas;

5.º — à transferência dos atacadistas para o novo mercado;

6.º — ao ajuste da produção agrícola e dos métodos e práticas de atacadistas e varejistas em função dos novos mercados atacadistas.

A seguir, o documento traça recomendações:

1) aos Governos latino-americanos;

2) à FAO, ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento;

3) às autoridades promotoras de novos mercados;

4) às autoridades dos mercados atacadistas.

Essas Recomendações e Conclusões referem-se a assuntos do maior interesse para o entrelaçamento econômico e comercial dos países latino-americanos, objetivo intimamente relacionado com o desenvolvimento e a segurança dessas nações.

Basta, para comprovar a altitude, seriedade e importância das matérias debatidas na Conferência de Brasília, citar alguns temas nela ventilados pela Representação brasileira e que foram:

1) Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico;

2) Implantação do Programa de Centrais de Abastecimento no Brasil;

3) Concepção Técnica da Execução do Programa de Centrais no Brasil;

4) A Experiência Brasileira de Mercado Central Atacadista.

Outro tema de relêvo foi discutido no conclave, sendo objeto da palestra do próprio Presidente da FAO: Planejamento de Novos Mercados Atacadistas.

Participaram da reunião os seguintes países: Argentina, Brasil, Cuba, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela, e, mais, em caráter especial, a Espanha, a França e Portugal.

A conferência teve resultados positivos, disto sendo prova o seguinte pronunciamento dos Srs. P. Caminha e C. Nicellé, da equipe de observadores da França, que estiveram presentes à mesma: "O Brasil está enfrentando o problema de centrais de abastecimento da maneira mais racional e completa possível, dentro de um sistema integrado de planos que visam o desenvolvimento nacional".

Em síntese, as Conclusões e Recomendações apresentadas pela Confe-

rência Técnica sobre Planejamento e Operação de Mercados Atacadistas na América Latina, realizada em Brasília, de 18 a 22 de outubro p. passado, constituem um documento de grande valia para a integração econômica da América Latina e nele os parlamentares terão uma fonte de ensinamentos para estudos de importância fundamental para o nosso desenvolvimento.

Em vista do exposto, opinamos favoravelmente ao Requerimento n.º 231, de 1971.

Sala da Comissão Diretora, em 10 de novembro de 1971. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Clodomir Milet**, Relator — **Carlos Lindenberg** — **Ruy Carneiro** — **Ney Braga** — **Renato Franco**.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os expedientes lidos serão publicados.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura de comunicação.

É lida a seguinte

Sr. Presidente

Solcito de Vossa Excelência, nos termos regimentais, a substituição do meu nome no Projeto de Lei n.º 29/71, que dispõe sobre os "Estatutos dos Militares e dá outras Providências", pelo nome do nobre Senador Amaral Peixoto.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1971. — **Nelson Carneiro**, Líder do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O pedido está deferido.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder do MDB.

O SR. NELSON CARNEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para registrar nos Anais do Senado, que são um resumo de vida política do País, para conhecimento dos que vivem hoje e dos que vierem depois de nós, que na última sexta-feira o Instituto dos Advogados do Brasil conferiu, pela primeira vez, a medalha Rui Barbosa ao eminente homem público e ilustre jurista, professor Heráclito Sobral Pinto.

A homenagem não foi apenas ao cultor do Direito, ao advogado intrépido, mas ao homem público que, através de todos os governos e de todas as situações, tem constantemente lutado a favor do Direito e da Liberdade. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDBENBERG (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, é com justificada satisfação que trago ao conhecimento de meus pares e à Nação, o transcurso do 20.º aniversário de

fundação da Associação Internacional de Fertilidade, transcorrido em 17 de outubro próximo passado.

Dois mil delegados-especialistas, representando 65 países, estiveram presentes à sessão inaugural do VII Congresso Mundial de Fertilidade e Esterilidade, na Cidade de Tóquio, tendo nesta oportunidade falado em nome da presidência do Congresso, o Professor Hasegawa e pela presidência da **International Federation of Fertility Societies**, o Professor De Watteville; cabendo ao Professor Campos da Paz, Vice-Presidente da **International Federation of Fertility Societies** e fundador da Associação Mundial de Fertilidade, proferir a Mensagem de saudades. Ao professor Kakuichi Ando, figura tutelar da medicina japonesa, recentemente falecido.

Ao focalizar assunto de tamanha importância para a humanidade, não poderia esquecer o nosso esforçado, renomado e dedicado Professor, Doutor Arthur Fernandes Campos da Paz Filho que, desnecessário se torna dizer, é um dos grandes especialistas mundiais, no campo da ginecologia e obstetria.

Graduado em medicina em 1935, pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, possuidor de um acervo precioso de títulos, trabalhos, atividades científicas, didáticas e profissionais, cargos e funções importantes que o conceituam em alto nível social e intelectual no País e no exterior, tudo tem dado de si, principalmente no sentido da prevenção do câncer ginecológico, uma das piores formas de manifestação desse terrível mal.

Ocupa hoje este eminente patricio a presidência do **Executive committee International Fertility Association**, da **World Association for Gynecological Cancer Prevention** — da Fundação das Pioneiras Sociais; é Vice-Presidente da **International Federation of Fertility Societies**; Diretor da Seção de Ginecologia do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, da Revista **Tribuna Médica**, do Centro de Pesquisas "Luiza Gomes de Lemos"; é Professor-Chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetria, Professor da Clínica de Fertilidade e Esterilidade da Escola Médica do Rio de Janeiro; membro da Comissão de Ensino Médico do Ministério da Educação e Cultura.

Em Assembléia-Geral, da Associação Internacional de Fertilidade, realizada em 17 de outubro próximo passado foi novamente, o Professor Campos da Paz, reeleito Presidente do Comitê Executivo dessa Associação, por ele fundada no Rio de Janeiro, há exatamente vinte anos.

Nada mais justa, pois, a significativa homenagem que lhe foi prestada por ocasião da abertura da grande solenidade de conagração entre todos os delegados do VII Congresso Mundial de Fertilidade e Esterilidade,

quando, seguindo a tradição, vestido em trajes típicos japoneses e com um grande martelo de madeira, deu início à solenidade. Ressalte-se que tal tarefa só é dada, em alegres reuniões japonesas, àquele que, para eles, representa a personalidade de maior importância.

Pelo seu valor pessoal e em homenagem a todos aqueles que direta ou indiretamente, pelo seu trabalho, conduta e efetiva participação no campo da ciência médica, concorrem pelo seu desenvolvimento, desejo, com as nossas congratulações, manifestar-lhes nosso respeito e admiração, e, num preito de justiça, nossos agradecimentos, pelo grau a que elevam a medicina brasileira.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Fernandes.

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, diz o adágio: "Quem não sente o mal, não agradece o bem". Com este entendimento oriundo da sabedoria popular, aqui estou para dizer do quanto, nós os goianos, os habitantes do Centro-Oeste, estamos gratos ao Presidente Médici pelo Decreto que criou o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e as razões, os fundamentos que tornam imensurável o nosso reconhecimento, cada vez maior, à Revolução redentora de março de 1964.

Isto, Senhor Presidente, porque sentimos na própria carne, por muitos e muitos anos, o descaso, o total abandono do Poder Central, que, preocupados, os nossos dirigentes, em cortejar as grandes massas eleitorais existentes no litoral, covarde e impatrioticamente governavam o Brasil com as vistas e atenções voltadas para o Prata e para o Atlântico, levando-nos, os interioranos, embora detentores de grandes potencialidades naturais, a um total estado de marginalização.

O Sr. Saldanha Derzi — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Com muito prazer.

O Sr. Saldanha Derzi — Eminente Senador Benedito Ferreira, como o valoroso povo goiano, também o povo matogrossense, com a criação da PRODOESTE, encontrará sua redenção, visto que nossos dois Estados estavam a esperar medida que desse estímulo ao desenvolvimento da grande potencialidade de riquezas que, hoje, têm o Estado de Mato Grosso e o Estado de Goiás. Também, nós matogrossenses, estamos

satisfeitos, estamos contentes com a medida do grande Presidente Médici, e, oportunamente, me pronunciarei em nome do povo de Mato Grosso.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Agradecido, nobre Senador Saldanha Derzi. Sabe V. Ex.^a, que, quando eu digo dos nossos ressentimentos, quando digo das nossas cicatrizes é porque as trazemos, do período de esquecimento, da época em que a nossa gente vivia revoltada com esse esquecimento impatriótico — segundo enfatizei — dos dirigentes. Estes estavam mais preocupados em cortejar as massas votantes, esquecidos de que somos, antes de tudo, um País amazônica.

Por certo V. Ex.^a, como representante do povo de Mato Grosso, ao se manifestar sobre o assunto, como faço eu, como fez, ontem, o Senador Fernando Corrêa, e como farão, por certo, os nossos companheiros de Bancada, está dando demonstração de apreço, de simpatia e de gratidão ao Presidente Médici pelo seu gesto. Gostaríamos, antes de tudo, de participar do desenvolvimento brasileiro, e porque não dizer, de assistir aos nossos filhos desfrutarem aquele padrão de vida que já desfruta, felizmente, e graças a Deus, uma boa parcela da população brasileira.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu:

(Retoma a leitura.)

Sofríamos as conseqüências do recuo econômico e social, e, ainda, a frustração de vermos, latentes e nermes, as nossas riquezas abandonadas, sem utilidade para os nossos filhos e para o próprio País.

Senhor Presidente, em verdade, temos sido, de certo tempo a esta parte, um povo privilegiado, seja pela atenção governamental, seja pela migração altamente favorável que temos recebido, homens bravos e arrojados de todos os quadrantes da Pátria, e até mesmo estrangeiros, tendo ido para Goiás e formado conosco esta falange de desbravadores, que, desenvolvendo o nosso Estado, constrói também a plataforma, o trampolim para a conquista da Amazônia.

Contudo, se volvermos as nossas vistas para o passado não muito distante, iremos ver as razões, os motivos dos ressentimentos que cultivamos contra o Poder Central, seja no Brasil Colônia, Império ou República. Como se sabe, só no começo do século XVIII é que tivemos iniciada a nossa colonização, e esta por ter origem na predatória garimpagem do ouro, só teve incremento em função dos afloramentos do rico metal e das pedras preciosas, que eram então encontradas com facilidade. Esgotadas as riquezas fáceis, permaneceu a Província e posteriormente Estado de Goiás como que adormecido até 1930,

quando contava com menos de 600 mil habitantes.

Senhor Presidente, para que se tenha uma idéia da reprodutividade dos investimentos feitos pelo Poder Público em Goiás, bastaria lembrarmos aqui que, em 1933, a arrecadação de impostos, vale dizer, o orçamento do Estado, atingia tão-somente 8 mil contos de réis, isto é, inferior ao arrecadado pela coletoria da cidade de Uberaba no mesmo ano.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Guerra — Quero congratular-me com V. Ex.^a pelas grandes medidas, patrióticas medidas do eminente Presidente Médici, ao levar a Mato Grosso, a Goiás e ao Distrito Federal o sóro vitalizador do desenvolvimento. Não podíamos compreender que essas regiões ficassem hemiplégicas dentro do processo de desenvolvimento brasileiro. E veja V. Ex.^a como o Nordeste é generoso: V. Ex.^a, que outro dia foi à tribuna dizer que o Nordeste estava rico, encontra, nesta hora, a solidariedade de Pernambuco — porque sentimos que a nossa pobreza é o desejo da riqueza do Estado de V. Ex.^a

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex.^a labora em equívoco sobre o termo que usei quando procurava dar adjetivação adequada àquilo para que, inadvertidamente, Colegas nossos, valorosos homens, patriotas como V. Ex.^a, procuravam chamar a atenção, postulando uma atenção maior do Poder Central, ou seja, para os problemas do Nordeste, para aquilo que aflige e envergonha, não só os nordestinos, mas todos os patriotas, V. Ex.^a, naquela oportunidade, dizia que o Nordeste estava empobrecendo.

Procurei, com aquela afirmação, como homem do Governo e, sobretudo, como patriota receoso de que com tal afirmativa viessemos municiar os adversários do Brasil, os adversários do regime democrático, tão-somente enfatizar que o Norte e o Nordeste não vinham alcançando o índice de desenvolvimento legitimamente desejado por todos aqueles que amam o Brasil como um todo.

Queria demonstrar que a ação do Governo, embora não atenda a todas as necessidades do Nordeste, vem se fazendo presente, e permitimo-nos demonstrar, como de fato fiz, que os índices de crescimento, embora não os desejados, eram no Nordeste e no Norte maiores do que a média nacional.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Permitiria a V. Ex.^a que me permitisse demonstrar totalmente meu ponto de vista.

Não quis, com aquela afirmação, dizer que se devia fazer menos pelo Nordeste; pelo contrário, queria eu que, de uma vez por todas, o Governo levasse a sério, e cada vez mais com medidas objetivas, a procura de soluções que viessem acabar, para sempre no Brasil, esse verdadeiro arquipélago econômico que o passado nos legou: renda *per capita*, em alguns Estados, fazendo inveja aos países mais desenvolvidos da velha Europa, enquanto outros, a exemplo de alguns Estados nordestinos e do Norte, têm rendas *per capita* que comprometem e humilham não só todos os brasileiros mas até os mais atrasados países do mundo.

Ouço o nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — Meu eminente Colega, Senador Benedito Ferreira, eu sabia que V. Ex.^a era inteligente, mas não tanto, pois está retocando tudo aquilo que disse. V. Ex.^a contestou, aqui, as afirmações dos Senadores que declararam que o Nordeste estava empobrecendo. V. Ex.^a procurou provar, através de estatísticas inexatas, que o Nordeste estava se desenvolvendo. Quero informar que V. Ex.^a não encontra, pelo menos no meu Estado, dez pessoas que estejam mais prosperas este ano do que estavam em 1970. É uma afirmação que faço com a responsabilidade de homem da ARENA, como V. Ex.^a, porque entendo que ser da ARENA ou ser do Governo é dizer a verdade ao Governo para que ele conheça a realidade nacional. O Governo, é óbvio, só recebe, como já declarei aqui, as boas informações; devemos, sem o desejo de destruir, pelo contrário, com vontade de construir, de colaborar, de aperfeiçoar o trabalho de S. Ex.^a, levar-lhe a realidade das nossas regiões, dos nossos Estados. Portanto, não pense que eu aceito essa declaração de que V. Ex.^a procurou como homem do Governo contestar as palavras dos Senadores nordestinos porque, como homem do Governo, tenho a coragem de dizer que Pernambuco, hoje, está muito mais pobre do que estava no ano passado.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador Paulo Guerra, V. Ex.^a faz afirmação grave quando diz que eu trouxe estatísticas não exatas; faz acusação não a mim, porque tenho a cautela de fazer remissão às fontes onde busco informes para os meus trabalhos. E se V. Ex.^a fizer cotejo racional daquilo que expendi, daqueles números que trouxe no bojo do meu pronunciamento com aquilo que nos informam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Fundação "Getúlio Vargas", terá, estou certo, a convicção de que os números que aqui trouxe são exatos, merecem fé, pois originários dos Órgãos responsáveis do Governo para a elaboração dos planos.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex.^a outro aparte? (Assentimento do

orador.) Não quis cometer a injustiça de dizer que V. Ex.^a trouxe à Casa, conscientemente, dados que não representavam a realidade. Mas nada é mais errado no País do que a estatística. E V. Ex.^a sabe perfeitamente, como homem público, pelas lições coíhidas no interior do Brasil, qual o nível intelectual dos homens que fazem as estatísticas, quais os meios de que dispõem para preencher essas fichas. Essas estatísticas não representam, pois, a verdade. Ainda há pouco, tive oportunidade e mesmo intenção de convidar V. Ex.^a para visitar Pernambuco, por ocasião da inauguração da exposição de animais. Mas meu objetivo não era levar V. Ex.^a a ver o esforço que faz ali o homem do Nordeste, para criar a pecuária; era sim, para que V. Ex.^a entrasse em contato com a realidade nordestina, fôsse à Paraíba, ao Rio Grande do do Norte verificar se os homens não estão mais pobres, as empresas mais desfalcadas de capitais de giro e se não há muito mais dificuldades financeiras. Basta V. Ex.^a pegar a Revista Bancária e ver os depósitos nos bancos em outubro de 1970 e cotejá-los com os de outubro ou mesmo setembro de 1971. V. Ex.^a verificará que o meio circulante diminuiu, e se diminuiu é prova de que há uma defasagem no enriquecimento da vida nordestina. Isso eu faço com o propósito de colaborar com o Presidente Médici, porque ele precisa da sinceridade de nossas palavras, precisa que todos tenhamos, como V. Ex.^a tem, coragem de levar o pensamento e a realidade nordestina, pois somente vão ao Governo dizer que ele está certo; os Ministros somente levam ao Governo mensagem que o alegam.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador Paulo Guerra, talvez haja entre nós a concordância "no atacado e a divergência no varejo." Em verdade, os sociólogos, os estudiosos e até mesmo os economistas mais sensibllizados — não aqueles que laboram única e exclusivamente com a matéria-prima das estatísticas, mas os que procuram aprofundar-se mais na intimidade dos fatos sociais — também entendem que o crescimento da renda *per capita*, os índices do desenvolvimento econômico não espelham um desenvolvimento sócio-econômico que venha a fazer justa distribuição de riqueza. Mas, em verdade, nobre Senador Paulo Guerra, as estatísticas indicam um crescimento vegetativo espantoso na arrecadação dos tributos estaduais e federais em todos os Estados nordestinos. Isto é inquestionavelmente — e V. Ex.^a há de convir comigo — um indicador válido para que se possa afirmar que há um crescimento econômico inegável. Pela fórmula adotada por mim, salvo melhor juízo, é um demonstrativo de que, no Nordeste, o crescimento econômico é maior do que a média verificada no Centro-Sul.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex.^a um único aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Darei quantos apartes a Mesa permitir conceder a V. Ex.^a

O Sr. Paulo Guerra — Não gostaria de dar apartes, para não quebrar o regozijo com que V. Ex.^a está enunciando, comentando, enaltecendo a oportuna e patriótica medida do Governo. Peço licença às bancadas goiana e matogrossense para me juntar a elas, como goiano e matogrossense honorário, de coração, porque acho que o Presidente da República, com a sua sensibilidade de estadista, vem de corrigir uma distorção no processo de desenvolvimento brasileiro. Queria dizer a V. Ex.^a que foi o próprio Presidente da República quem declarou que a Nação estava mais rica, mas o povo estava mais pobre. Se êle falou genericamente que o povo do Brasil estava mais pobre, V. Ex.^a eleve o quociente para verificar a quantos graus esta pobreza atinge o Nordeste brasileiro.

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex.^a está coberto de razão. Eu é que lamentavelmente não estou conseguindo fazer-me entender.

Disse que nós não temos divergências. A nossa divergência é irrelevante, só uma questão gramatical, uma questão de adjetivação. Concorro com V. Ex.^a que a defasagem existente entre o Nordeste e o Centro-Sul tende a aumentar, a exemplo dos Estados Unidos e o Brasil.

Os Estados Unidos, com um índice de crescimento de 5% ao ano, isto significa um aumento, na renda per capita, da ordem de 200 dólares. O Brasil com 10%, está crescendo mais do que os Estados Unidos. Mas em números absolutos o que significam esses 10% do Brasil? Significam 40 dólares.

Veja V. Ex.^a que embora no Nordeste o índice de crescimento seja maior do que a média nacional, mesmo a Região Centro-Sul crescendo a um índice menor do que aquele verificado no Nordeste, tal é a distância, tal é a monta já apropriada pela Região Centro-Sul que, mesmo assim, com menor índice de crescimento, tende a aumentar a distância que já existia. Daí porque concordo com V. Ex.^a em número e grau. Só não concordei com a adjetivação de empobrecimento. Veja V. Ex.^a: interpretei as palavras de V. Ex.^a, naquela oportunidade, como se empobrecimento fôsse perder aquilo que se tinha.

O Sr. Paulo Guerra — Perfeito.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Entendo, entretanto, que não há empobrecimento propriamente dito. O que existe, de fato, é um aumento de necessidade, um aumento da distância em virtude do crescimento, embora o percentual menor do Centro-Sul, que considerando-se a monta já apropriada, tende a aumentar.

O Sr. Paulo Guerra — Permita V. Ex.^a, Senador Benedito Ferreira. (Assentimento do orador.) Existe empobrecimento, como existe diminuição de poder aquisitivo, de capacidade de pagamento. Bastará V. Ex.^a comparar a fisionomia, as roupas dos homens que andam pelas ruas de Pôrto Alegre, do Paraná ou de São Paulo com as roupas e as fisionomias dos homens que transitam pelas ruas do Recife, de Natal, de João Pessoa ou de Fortaleza. V. Ex.^a vai verificar que há uma tristeza no semblante de cada um destes últimos; tristeza que se está agravando a cada dia que passa. Há uma bomba que está sugando cada vez mais a economia do Nordeste, através de diversos processos, através de loteria, contribuições ao INPS, do ICM, que está liquidando a economia dos Estados pobres ficando com tudo. O dinheiro que vai para o Nordeste — é uma lei de física, como já disse — volta para a sua origem com um impulso muito maior. Esta é a realidade nordestina que precisamos dizer ao Presidente Médici. S. Ex.^a é um homem que está preocupado com o Nordeste desde os seus primeiros dias de Governo. Sentimos que S. Ex.^a é o gaúcho do Nordeste, como está sendo agora do Mato Grosso, de Goiás, mas precisamos levar a êste homem os anseios de progresso do Nordeste, a realidade regional.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador, eu tenho só motivos de aplauso pelo sentimento, pela atitude patriótica de V. Ex.^a

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Concederei com muito prazer, mas V. Ex.^a vai-me permitir fazer antes uma ligeira correção.

Sei, nobre Senador Paulo Guerra, que não é seu propósito cometer injustiça. V. Ex.^a disse há pouco que o INPS é um dos fatores de empobrecimento do Nordeste. V. Ex.^a deveria debruçar-se, como eu fiz, sobre os números. O nobre colega vai-me permitir que faça uma observação. V. Ex.^a me honrou com sua atenção acompanhando o meu discurso. Eu trouxe para a tribuna fatos incontestáveis de que o INPS, na região Norte e Nordeste, sempre aplicou mais de 100% em alguns anos. E a média global, nos últimos anos, foi de 80% a mais do que aquilo que ali é arrecadado. V. Ex.^a vai-me permitir que faça essa observação porque sei que não é do propósito de V. Ex.^a cometer injustiças.

O Sr. Paulo Guerra — Aplicou, mas aplicou mal. Se V. Ex.^a verificar como anda a assistência médica ao homem nordestino, V. Ex.^a verá que êle aplicou muito mal e enriqueceu meia dúzia de donos de hospitais.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não posso entrar no mérito, não tinha

essa informação. Mas, os dados estatísticos, os números que me foram fornecidos pelo Ministério do Trabalho indicam que a política do Governo Federal é de aplicar mais nas zonas menos favorecidas. As estatísticas estão, em números frios, a indicar que, em média, no Norte e no Nordeste as aplicações sempre foram 80% superiores às arrecadações.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex.^a está-se agarrando a detalhes do INPS, quando disse a V. Ex.^a que isso é uma gama de bombas sugadoras da economia nordestina, inclusive o ICM, que é a principal.

O Sr. Dinarte Mariz — V. Ex.^a me permite?

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex.^a faz-me injustiça, não me estou agarrando...

O Sr. Dinarte Mariz — Quando V. Ex.^a achar oportuno merecer a honra de um aparte...

O SR. BENEDITO FERREIRA — A honra é toda minha, desculpe-me porque estava no afã de esclarecer o ilustrado Senador Paulo Guerra, porque sei que S. Ex.^a tem aqueles mesmos propósitos que me movem e que movem S. Ex.^a

O Sr. Dinarte Mariz — Começo meu aparte, nobre Senador Benedito Ferreira, congratulando-me com V. Ex.^a pelo discurso que está fazendo de apoio ao ato do Sr. Presidente da República que cria o PRODOESTE.

Inegavelmente, a orientação do Governo se volta para o amparo e o desenvolvimento da região mais empobrecida. Não vamos dizer que a Região Oeste seja uma região pobre. É uma região carente de desenvolvimento, porque realmente é um dos Estados mais ricos deste País. Mato Grosso carece, ainda, muito de assistência do Governo para promover o seu desenvolvimento. De maneira que estou absolutamente solidário com a política do Governo do Presidente Médici. Nesta Casa, já ocupei a tribuna, várias vezes, para apoiar tudo o que significa de ação do Governo voltada para as regiões mais empobrecidas. Quero dizer a V. Ex.^a, entretanto, que o Senador Paulo Guerra está sendo muito comedido nos apartes a Vossa Excelência, porque está falando no empobrecimento. No Nordeste há mais que empobrecimento, há falência. Se nós levantarmos a estatística do que está havendo no setor da produção, verificaremos que não é empobrecimento, é falência. Já que V. Ex.^a falou tanto em estatística, quero dizer-lhe que vi, em mãos de um assessor da direção de um estabelecimento de financiamento governamental, que 70% — escute bem Vossa Excelência — de financiamento feito à agricultura do meu Estado, o Rio Grande do Norte, estava na faixa de incobrável. Isso é alarmante. Isso não é empobrecimento. Isso é falência e

nos, nordestinos, temos o dever, desta tribuna para onde o povo nos mandou a fim de que sejamos eco de sua voz e de suas aspirações, nós, nordestinos, temos de nos unir, temos de estudar e levar ao Presidente da República os problemas que muitos dos assessores de Sua Excelência procuram encobrir. A situação do Nordeste continua essa, de falência, não é outra no momento atual, e será muito mais grave — e chamo a atenção do nobre Colega, do Senado e do País —, a situação de nossa Região caminha para um caso de segurança nacional. Se continuar o empobrecimento, se continuar o nosso principal produto — o algodão —, cultura em que se abrimos 70% da população rural, a merecer apenas o tratamento que recebe São Paulo e outros Estados da Região Centro-Sul, com o preço no mesmo nível do nosso, que vale muito mais do que aquele que está sendo protegido, então, digo ao nobre Colega que a situação do Nordeste é de segurança nacional. Amanhã teremos o problema social aflorando, e o Governo terá que se voltar, não para amparar, como o fez na última grande crise por que atravessamos, a séca de 1970 — e falo a "grande crise", nem chamo a séca de 70, porque a séca apenas a aflorou e — vou demonstrar — foi a gota que fez transbordar a grande miséria que o Nordeste já estava sofrendo e que tanto sensibilizou o Presidente da República. Quero dizer a V. Ex.^a, se isto não ocorrer, se o Governo não se voltar para a solução deste problema — e só o Presidente da República, eu sinto, como o Brasil todo sente, e o Nordeste mais do que outra região qualquer, dos seus propósitos, da sua convicção, da sua energia em ir ao encontro das nossas necessidades — se não tivermos realmente condições de fazer ver aos seus auxiliares, que são homens competentes mas inteiramente desavisados e desconhecidos dos nossos problemas; se não tivermos condições de fazer chegar ao Presidente o conhecimento da realidade nordestina, estaremos criando um problema social neste País. Estou falando como homem que tem, dentro desta Casa, defendido o Governo da Revolução — não de hoje, mas em dias que era até meio temeroso defender. E digo a V. Ex.^a, com a lealdade que devo ao Presidente da República, e posso assim dizer, sem exagerar, com a amizade que me liga pessoalmente a S. Ex.^a, afirmo a Vossa Excelência que nós do Nordeste só temos um caminho: continuar a fazer daqui da tribuna um apelo diário, contínuo, para que o Presidente da República se possa aperceber de que o que há no Nordeste é realmente a falência. E eu posso citar casos concretos. Agora mais ainda me alarma, porque estou tendo conhecimento de que se estão organizando emprêzas para explorar agricultura algodão-

eira do Nordeste, o que está em contradição com o pensamento, a ação e tudo o que o Presidente tem manifestado, que é ir ao encontro do homem do campo, é amparar o homem que lá está, não financiar a firmas estrangeiras ou para-estrangeiras, para que possa, através dela, arrancar da terra alguma coisa, levando a ela o dinheiro que devi ser dado diretamente ao homem do campo para ele viver ao menos alguns dias mais amenos do que os dias angustiantes que tem sofrido. Digo a V. Ex.^a que, faz pouco tempo, uma firma, das maiores indústrias têxteis do Centro-Sul do País, foi à falência, está em concordata, e V. Ex.^a mande verificar quem é mais prejudicado, se a região Centro-Sul do País ou se o pobre produtor de algodão nordestino a quem ela ficou devendo, através do Banco do Brasil, que está cobrando diretamente dos títulos descontados, milhões e milhões de cruzeiros. Além do mais, nós ainda somos financiadores da indústria têxtil, porque toda ela, quando nos compra algodão, compra a 90 e 120 dias. Além da miséria, da escravização, nós somos obrigados a entregar o nosso produto para receber com 120 dias! Em toda falência que há — e não são poucas que têm acontecido — toda falência que há no setor têxtil deste País, pode mandar verificar que lá está o nordestino prejudicado em altas somas, como aconteceu agora com a América Fabril. Em agências pequenas do Banco do Brasil, como em Catolé do Rocha, na Paraíba, há poucos dias, um comerciante me disse que o desconto de títulos da América Fabril agora estava no montante de mais de dois bilhões de cruzeiros. É uma agência pequena, no interior da Paraíba. Na minha cidade, em Caicó, acontece coisa parecida, e assim por diante. Acredito, quase toda a região produtora de algodão foi alcançada pela falência da América Fabril. Veja que desigualdade! E agora, quando se reclama, que é que nós queremos, em relação ao nosso produto? Queremos a segurança do preço da paridade internacional, porque Senador Benedito Ferreira, fora disso é furto! Se não vendemos o nosso produto pela paridade, obrigados a vendê-lo à indústria aqui, estamos sendo furtados em nossa economia. Permite V. Ex.^a, perdôe-me a exaltação com que estou falando, porque estou sendo alcançado pela procuração que recebi do povo, de transmitir nesta Casa seu pensamento e defender os seus interesses. Fique V. Ex.^a certo de que o que está acontecendo na economia nordestina, nesta hora, em relação ao algodão, é um furto ao produtor nordestino. Digo mais, o que está havendo é um crime contra a economia nacional, porque o algodão seridó, que cultivamos, dos melhores do Mundo, que é consumido todo dentro do nosso País, vai desaparecer.

Ninguém vai mais cultivar o algodão seridó sabendo que vai vendê-lo pelo mesmo preço do algodão paulista, quando sabemos que o valor dele no mercado internacional é o dobro deste. Quem vai deixar de plantar o algodão paulista, na certeza de que tem sempre um grande defensor que é o produtor de São Paulo, que se organiza, tem como se organizar, e consegue, como está conseguindo agora, um preço igual ao nosso algodão? Quem mais vai cultivar algodão Seridó? Então, amanhã o que irá acontecer? Amanhã teremos que importar, como fizemos neste ano de 1970, embora desnecessariamente, quando importamos algodão do Peru para abastecer a nossa indústria têxtil. Então, vamos permitir que se extermine, se erradique uma riqueza que temos em mãos para depois irmos importar, gastar nossas economias para importar esse mesmo produto para abastecer a nossa indústria?! É para o que estamos caminhando. Mas não adianta que se fale, que se diga, que se entenda. O Sr. Ministro da Fazenda me felicitou pelo trabalho da COCENE, dizendo que eu era homem vitorioso porque a batalha do algodão estava vitoriosa, eis que o Presidente da República tinha recomendado prioridade no caso do algodão. Dias depois, o Ministro da Agricultura, o eminente e talentoso Ministro Cirne Lima, também me assegurou que dentro de poucos dias seria revisto o preço-mínimo do algodão Seridó. Mas, o que ocorreu? Passaram-se meses, meses e meses; vendemos toda a nosa safra. Depois de tudo vendido a preços vis, vem o novo preço-mínimo. E qual foi esse preço-mínimo? Apenas o preço nivelado ao preço que tinha dado à região setentrional. Isso é desolador, mas é a verdade que faço questão fique registrada nos Anais da Casa, porque, naturalmente, outros estudos, outros apelos e outras presenças nesta tribuna não de se repetir, para que lá no Nordeste, o nordestino fique, ao menos, com o conforto de saber que a sua voz está sendo escutada aqui por intermédio do seu representante.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Com muito prazer, mas eu queria antes responder, queria consignar, registrar...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Constrangido, peço a atenção do nobre orador para o tempo de V. Ex.^a que está se extinguindo.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, resta-me pouco a ser falado. Eu gostaria e precisava ouvir o Senador Benjamin Farah. Antes, porém, peço a S. Ex.^a que me permita dizer ao Senador Dinarte Mariz que, se a minha presença na tribuna, hoje, ao vir registrar, em nome do meu povo e da minha gente, a nossa gra-

tidão, os nossos agradecimentos ao Presidente Médici, não tivesse alcançado mais nada, só pelo fato de ter propiciado a S. Ex.^a a oportunidade de fazer, através do seu aparte, essa patriótica denúncia em favor dos produtores do Nordeste, em chamando a atenção das autoridades responsáveis do Executivo para o problema, só por isso, Sr. Presidente, eu poderia, ao concluir as minhas palavras, considerar-me mais que compensado. Ouço o Senador Benjamin Farah.

O Sr. Benjamin Farah — Nobre Senador, eu não gostaria de interromper o seu brilhante discurso, de interromper o seu entusiasmo, o seu otimismo, otimismo que chega a dizer mesmo que nós estamos crescendo aqui mais do que os norte-americanos...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Percentualmente.

O Sr. Benjamin Farah — ... porque eles cresceram demais, não podem mais crescer. Nós é que precisamos crescer agora. Está na hora. O caso, porém, não é este. Interrompi o seu otimismo e o brilhante discurso de V. Ex.^a para manifestar a minha preocupação, sobretudo quando vem um Senador da valorosa ARENA, como este grande Senador do Rio Grande do Norte, o Senador Dinarte Mariz, trazer aqui o testemunho do seu desespero, em face da miséria que assola o Nordeste. Precisamente o Nordeste, que está cheio de órgãos especializados canalizando dinheiro para lá, e, não obstante, as lamentações, as queixas, os protestos são cada vez mais acentuados em face da aplicação desse dinheiro, chegando ao ponto de um Senador há dias dizer aqui que a filosofia da SUDENE falhou completamente. Sr. Senador, não vou, naturalmente, manifestar o meu desespero nem a minha desesperança. Estou otimista como V. Ex.^a. Sou um homem do interior, lá do extremo-oeste, e vejo, pela primeira vez, uma decisão desta, um decreto desta natureza, do PRODOESTE, em verbas fabulosas para atender ao Estado de Mato Grosso, a minha terra natal, ao Estado de Goiás e ao Distrito Federal, — terras ricas, terras que têm grandes possibilidades, grandes celeiros que poderão naturalmente movimentar massas humanas e abrir portas para os nossos irmãos do Nordeste. O meu medo, Sr. Senador, é que aconteça aquilo que aconteceu noutros tempos — sou um Parlamentar de muitas legislaturas — quando vi aqui o Congresso dar o perdão aos pecuaristas. Vi os mais sabidos prejudicando os menos sabidos. Tenho medo de que grupos se organizem rapidamente para se beneficiarem desse patriótico cometimento, dessa decisão do Senhor Presidente da República. Porque Mato Grosso e Goiás, noutros tempos, eram tratados, neste País, como os *et cetera*. Eram dois ou três

Estados beneficiados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e, às vezes, Bahia e Pernambuco. Mato Grosso era *et cetera*, Goiás, também. E agora os dois estão na iminência de grande realizações, de grandes conquistas. E neste particular, eu me congratulo com V. Ex.^a porque acredito que esses Estados vão ter sua oportunidade. Mas que este recurso, esta patriótica decisão do Presidente da República não caia no vazio, não fique perdido — com distorções, como aconteceu com o Nordeste —, que os mais sabidos não prejudiquem aqueles que tiverem boas intenções. Os nossos corações estão em festa porque Mato Grosso, o Distrito Federal e Goiás também vão ser contemplados.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a e quero dizendo. Isso porque, sabe V. Ex.^a, ficar apreensivo. Em verdade, distorções houve no Nordeste, e elas ainda existem, e quero crer que elas não de continuar existindo, não só no Nordeste, mas onde houver mais de uma pessoa, mais de uma inteligência decidindo. Isso porque, sabe V. Ex.^a somos perfectíveis como seres humanos, somos susceptíveis de erro. Aí está a Oposição, aí está V. Ex.^a de atalaia, como homem atento, para vir à tribuna do Senado, no exercício da outorga que lhe foi dada pelo povo da Guanabara, para denunciar qualquer distorção que venha porventura a ocorrer. Mas, V. Ex.^a não tem assistido a essas distorções. Pelo menos, a partir de 1964, se cotejarmos entre o realizado e as pequenas distorções havidas, V. Ex.^a vai concluir comigo, que a Oposição, vigilante como sói acontecer...

O Sr. Benjamin Farah — Isto não é tarefa só da Oposição, mas tarefa de todos nós. Note que a ARENA está em dificuldade em levar a bom termo a sua tarefa. Nós somos minoria, uma pequena minoria e a tarefa é de todos. Tenho a impressão de que a ARENA e a Oposição hão de somar esforços para melhor aproveitamento desses recursos, dessas verbas destinadas a Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, no sentido de que sejam aplicadas em realizações objetivas que venham, realmente, em nosso benefício. Mas, tenho medo de que aconteça o que está ocorrendo com o Nordeste, que está sendo solapado, prejudicado. Esse testemunho de V. Ex.^a é da mais alta importância, e ninguém pode ficar indiferente diante dos clamores que estamos ouvindo.

O SR. BENEDITO FERREIRA — No texto do decreto estão as destinações específicas; no texto do decreto estão as verbas consignadas; no texto do decreto estão as obras a ser realizadas; no texto do decreto está a programação de inversões. Enfim, tudo está estabelecido no texto do decreto. Vê V. Ex.^a que não há como

deixar de ser cumprida a intenção governamental, a não ser que se queira infringir a Lei; a não ser que se queira cometer o crime de responsabilidade e, aí, se estaria sujeito ao policiamento de V. Ex.^a, como opositorista. Quero crer que não há essa preocupação, pelo menos adrede e antecipadamente.

Ouço o nobre Senador Waldemar Alcântara.

O Sr. Waldemar Alcântara — V. Ex.^a vai permitir, embora seu tempo esteja a se esgotar, que eu manifeste a minha solidariedade às idéias espendidas pelos Senadores Paulo Guerra e Dinarte Mariz, como bom nordestino que sou. V. Ex.^a trouxe, há poucos dias a esta Casa, um discurso em que pintou o nordeste em cores que, nós nordestinos, não conhecíamos. Procuramos averiguar até que ponto V. Ex.^a tinha razão em se pronunciar daquela maneira. Hoje estamos esclarecidos, pois que, como V. Ex.^a acabou de dizer, V. Ex.^a interpretou simplesmente dados estatísticos.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Exatamente.

O Sr. Waldemar Alcântara — Quando se interpretam dados estatísticos ninguém pode fugir a conotações subjetivas. V. Ex.^a deu a sua interpretação, mas, na realidade, se V. Ex.^a examinar com isenção os dados estatísticos sobre o Nordeste, se convencerá de que a situação é bem outra. Não quero, realmente, contestar com números e também dar a minha interpretação, que poderia parecer, da mesma forma, subjetiva; mas queria trazer ao conhecimento de V. Ex.^a o sueto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, certamente escrito por um homem do Sul, que assim se expressa a respeito da viagem do Presidente ao Nordeste. Diz êle:

Se é verdade que não irá rever novamente aquelas mesmas cenas angustiantes dos dias de seca, onde o retirante mostrava na face emagrecida a desgraça de séculos de incúria, certamente se defrontará, para desencanto seu, com os mesmos problemas que continuam desafiando governos sucessivos, a perpetuar uma situação de pobreza e de injustiça social contra a qual pouco até agora se fez.

Eu me dispensei de ler o restante do artigo, pois todo êle obedece a esta tônica, mostrando exatamente que, malgrado as boas intenções do Presidente da República, no Nordeste não se registrou, não se identificou nenhum movimento, nenhuma mudança para melhor. Ao contrário, o que o Senador Paulo Guerra disse e o Senador Dinarte Mariz afirmou é simplesmente a verdade. O Nordeste continua cada dia empobrecendo e

chegará ao ponto de se constituir naquilo que o Senador Dinarte Mariz chamou de problema de segurança nacional, malgrado os esforços do Governo e os nossos. Ainda recentemente, todos os homens do Nordeste, estiveram reunidos em torno de uma Comissão, que estudou profundamente a problemática do Nordeste e sugeriu medidas, apresentando sugestões. Malgrado tudo isso, o Nordeste caminha inelutavelmente para uma situação verdadeiramente catastrófica. Se o pensamento e o desejo manifestados e reiterados pelo Sr. Presidente da República não forem atendidos. A verdade, Senador Benedito Ferreira, é que o Nordeste, por circunstâncias independentes de nós — nós tivemos a pouca sorte de nascer numa região por si mesma pobre, mas nem por isso desprezível — se não tiver o apoio decidido do Governo, chegaremos a uma situação que poderá trazer a intranquilidade para o País, constituindo-se o Nordeste num problema de segurança nacional.

O Sr. Paulo Guerra — Permite o nobre orador outro aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — O Senador José Sarney tinha pedido um aparte.

O Sr. Paulo Guerra — Queria responder ao aparte do Senador Waldemar Alcântara.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Gostaria de responder ao aparte do nobre Senador Waldemar Alcântara e depois darei o aparte a V. Ex.^a Só para fazer um ligeiro registro.

Nobre Senador Waldemar Alcântara, sei que é uma questão realmente difícil. Veja V. Ex.^a: fui daqueles que mais verberaram, no passado, a confecção de estatísticas. Mas não podia eu deixar de dar crédito aos números, às anotações, aos dados que me foram propiciados, como também o foram a V. Ex.^a e a todos os brasileiros, através do Anuário Estatístico. E pude eu, compulsando-o, e fazendo o cotejo entre aquilo que se verificava nos anos anteriores no Nordeste com aqueles dados agora consignados no censo de 1970; compulsando as arrecadações do Imposto de Renda, do ICM e do IPI, fazendo o cotejo desses índices de crescimento havidos no Nordeste; o índice de crescimento de falências e concordatas ocorridas no Nordeste, em relação aos índices ocorridos nas demais unidades da Federação, pude verificar que desgraçadamente o flagelo das falências e concordatas se faz maior também na região Centro-Sul do País do que aquelas verificadas no Norte e Nordeste.

O Sr. Dinarte Mariz — Apenas para dizer a V. Ex.^a que eu tenho a impressão que V. Ex.^a quando se refere a falências tem em vista principalmente as ocorridas nas transações comerciais. Mas, lá no Nordeste a falência não está somente no comér-

cio, ela é total, principalmente na área rural. Tenho a impressão que aqui no Centro-Sul do País, onde predomina a riqueza, através da cultura do café e do algodão, não há firmas falidas, não há fazendeiros que plantam algodão ou café em São Paulo que estejam falido. No Nordeste, não é só a falência que é total, é a perda das propriedades. Isso significa o desespero. Portanto, quando se fala em falência, quando o meio é maior, maior é o número de falências, isso é lógico. Lá entre nós, deve haver naturalmente o comércio é limitado. Na área rural do Nordeste não há falência, absolutamente, porque não pode haver. A propriedade já pertence nesta altura aos estabelecimentos bancários.

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex.^a há de convir, está aí a razão e a justificativa do PROTERRA...

O Sr. Dinarte Mariz — Mas V. Ex.^a não será maior entusiasta em apoiar o PROTERRA do que a Bancada do Nordeste.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Por saber do entusiasmo de V. Ex.^a para com o PROTERRA é que estou trazendo a colação...

O Sr. Dinarte Mariz — Da mesma maneira como me manifestei em primeiro lugar nesta Casa com relação à Transamazônica. V. Ex.^a pode mandar verificar que a primeira voz que se levantou aqui, antes mesmo de qualquer amazonense falar. Vim à tribuna para dizer que a Transamazônica era uma grande obra que o Presidente Médici deveria construir, a mais arrojada do século. Quanto ao PRODOESTE, creio que todos nós nordestinos, estamos de acordo e com o mesmo entusiasmo. O que queremos é a integração econômica do País, que não poderá ser feita com a exclusão do Nordeste.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Dizia ainda há pouco, nobre Senador Dinarte Mariz — V. Ex.^a não estava no plenário — que os erros e as distorções do passado levaram o Brasil a esta posição de arquipélago econômico.

Daí porque quero crer que não há divergências. Quando citei o PROTERRA é porque sei que V. Ex.^a, é um patriota e concordaria comigo em que, quando lembramos estes flagelos que assolam a Região de V. Ex.^a e a minha, seria necessário, para fazer justiça, que lembrássemos também as providências objetivas do Governo, por V. Ex.^a, anteriormente.

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Ouço V. Ex.^a

O Sr. José Sarney — Senador Benedito Ferreira, acredito que seria do melhor agrado que todos nós, seus colegas do Nordeste, pudéssemos tra-

zer ao discurso de V. Ex.^a o nosso depoimento de uma situação excelente e tranqüila para a nossa área do Nordeste. Mas, verifica V. Ex.^a, que quando os líderes mais expressivos da área, — não falo por mim, falo pelos oradores que tiveram oportunidade de apartear V. Ex.^a — trazem, ao Senado, de uma maneira hoje até com um pouco de irritação, o depoimento sobre a situação da área, isto é um índice altamente sugestivo e grave que acho que é da nossa obrigação, da nossa função, da nossa responsabilidade política, da responsabilidade que assumimos com a nossa área e com o povo daquela Região, qualquer que seja o sacrifício — até mesmo de abdicar de pontos de vista pessoais e de comodismo — que se traga esse depoimento que é, realmente, o depoimento exato, aquilo que disseram os Senadores Paulo Guerra, Dinarte Mariz, Waldemar Alcântara e Virgílio Távora. Eu posso também falar em nome do meio-norte, da fronteira verde do Nordeste, que a situação é realmente a mesma. Ninguém nega a sensibilidade política, a sensibilidade social do Presidente para os problemas do Nordeste. Ninguém nega que S. Ex.^a, realmente, foi motivado, chegou mesmo a ir ao interior do Nordeste e sentir tocada a sua sensibilidade para o fenômeno das secas, ao ponto de dizer que viu a cara da fome naquela frente de trabalho. Mas, na realidade, somos obrigados a dizer que os mecanismos utilizados para socorrer o Nordeste não têm funcionado, na razão de atender às necessidades daquela área. O problema do Nordeste não é tão simples como os de qualquer outra região do País. Tive a oportunidade de dizer, outro dia, do problema de São Paulo, quando se colocava em contradição o da nossa área com o pequeno problema social de São Paulo. Não, o problema do Nordeste é mais grave, porque atinge a 18 milhões de brasileiros, numa região, fisicamente, sem condições de oferecer perspectivas, em termos de futuro para si mesma. Ora, o problema do Nordeste é eminentemente social. No Saara não chove, mas não tem gente. Então, não há problema algum. O problema do Nordeste é de gente, de povo. Na grande Amazônia, a população é, realmente, problema de interesse da Nação, é problema de ocupação, na vocação histórica do Brasil, ocupando todas suas fronteiras. Na realidade, a população da Amazônia, ainda dispersa, está numa fase em que a explosão demográfica, as necessidades imediatas do povo não assumiram ainda o estado de calamidade, em termos de futuro. A Nação espera enfrentar esta grande contingência com o apoio de todos nós. Mas o caso do Nordeste é muito mais dramático. Na realidade, tal situação assume perspectivas assustadoras. Antigamente, nós tínhamos perspectivas de esperança, de mudança. Mas agora vemos que de-

ciões foram tomadas e os resultados não chegaram. Então, isto é muito mais sério, porque não se trata de só indagar-se, de só querer saber. Temos que dizê-lo ao Presidente da República. O que queremos transmitir ao Presidente da República é que os mecanismos administrativos, que têm sido utilizados, não têm funcionado. Para chegarmos a esta conclusão basta fazermos uma recapitulação sobre tudo o que se tem feito. Então, somos obrigados todos nós, a trazer o depoimento, que estamos trazendo aqui, porque, ninguém se sente feliz, nem pelo dever de contestar. Mas esta é a obrigação da nossa liderança política na área; esta função do político. Lembro-me de que, numa passagem neste Congresso, Nabuco teve a oportunidade de dizer que o Congresso era, na sua máxima expressão, a Corte de Justiça onde chegavam apelos de todos, que não precisavam de tribunal nem de nada. Isto porque para apelar, devemos fazê-lo onde tenham ressonância as menores reivindicações. Esta a nossa função. Fico muito triste porque esta discussão, esta luta dura, sofrida, vem de todos os Conselhos de que participamos. No Conselho da SUDENE, o Governador Virgílio Távora estava lá comigo quando, por várias vezes — não é de hoje que assim procedo — com a convicção de sempre, disse aquilo que pensava. E o fiz também sem nenhuma consideração a fim de esconder meu pensamento, no Conselho da SUDENE. Várias vezes ali combati a política que aconselha primeiro, deter uma concentração de riqueza no Centro-sul para, depois a redistribuir. Agora, se vê como tal política, cada vez mais, avança, no sentido de consagrar essa filosofia. Na realidade, nós no Nordeste, não podemos esperar, absolutamente a sublimação dos extremos, isto é, que os ricos cresçam cada vez mais e os pobres empobrecam também cada vez mais para que os ricos através de enriquecimento tão grande, possam redistribuir a sua riqueza. Esta filosofia, em termos de Nordeste não tem funcionado. Estamos aqui, justamente, para dizer isto, todos nós reunidos com ou sem estatísticas. A realidade é esta: a estatística é como sentença do Supremo Tribunal Federal, como já dizia um jurista, pode-se encontrar qualquer absurdo com apoio numa sentença do Supremo, mas também se pode argumentar, de qualquer maneira, com uma estatística, contra ou a favor. Quero lembrar a V. Ex.^a que nós, ainda no Brasil, não chegamos a uma perfeição de natureza estatística, capaz ao menos de se poder contestá-la. O Ministro do Planejamento, outro dia, nos deu um exemplo, a respeito disto. O Senador João Calmon foi contestar o Ministro do Planejamento com estatísticas fornecidas pelo próprio Ministério do Planejamento e S. Ex.^a respondeu que aquelas estatísticas já estavam superadas porque a Fundação

Getúlio Vargas, acabando de rever as contas nacionais, encontrou outros números. Isto é resultado, justamente, do nosso crescimento, do nosso empobrecimento para o progresso, para o desenvolvimento. Nós também estamos, apenas, explodindo no setor de manejar as estatísticas, para prever o futuro e corrigir as nossas distorções do presente. Não se impressione V. Ex.^a só com as estatísticas. Impressiona-se, sim, com o depoimento necessário de nós todos, vividos e sofridos dentro da área do Nordeste.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador José Sarney, estou, realmente, impressionado pela veemência, pela firmeza, pela convicção com que V. Ex.^{as}, representantes do Nordeste, defendem, ardorosamente, a solução para os problemas da sua área. Mas quero vangloriar-me, aqui, por duas razões: em 1.^o lugar, sentimento realizado, quando fiz aquele pronunciamento, tentando dar proporções à adjetivação aquilo que ocorre no Norte e no Nordeste. Nessa tentativa, asseverei que os índices de crescimento, embora, pudéssemos considerá-los bons, não eram suficientes para atender à problemática, para atender a tudo aquilo que aflige o povo do Norte e do Nordeste.

Em que pese a má interpretação que recebi, em que pese a confusão de que me considero vítima, por não ter feito entender, por não ter alcançado meu principal objetivo, novamente me realizei, no dia de hoje, permitindo que todos esses fatos, que todos os aspectos negativos, que estão a merecer maior atenção do Poder Executivo, viessem a ser aflorados, em virtude de meu modesto pronunciamento.

Concordo com V. Ex.^a, nobre Senador José Sarney. Estamos aqui para, antes de tudo, sermos verdadeiros, para, antes de tudo, sermos leais àqueles que nos passaram essa procuração, para sermos leais com os nossos correligionários do Executivo, com os nossos companheiros, dando-lhes aquela amostragem, aquela radiografia, pelo menos aquele esboço, aquela caricatura, que estamos sentido em cada uma de nossas regiões.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que meus nobres colegas não vão ser intolerantes para comigo, quando me permito dizer que me sinto envaidecido por entender que, mais uma vez, prestei um serviço ao Nordeste, com meu pronunciamento sobre estatísticas, porque, embora como disse ao nobre Senador Paulo Guerra — divergindo no varejo, concordamos no atacado. Creio que todos somos, como brasileiros, responsáveis pelo bem comum da nossa Pátria comum.

O Sr. José Sarney — Persevere, Senador Benedito Ferreira, ajudando o Nordeste; ajude o Nordeste.

O Sr. Benedito Ferreira — Muito obrigado.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex.^a permite? (Assentimento do orador.) — Meu caro Senador, juntamente com o Presidente desta Casa e os Senadores Dinarte Mariz, Danton Jobim e Domicio Gondim, tivemos a honra de representar o Senado, no I Seminário de Avaliação do Desenvolvimento Agropecuário do Nordeste, em João Pessoa, semana transata. O que vimos e o que ouvimos, mais alicerçou a nossa convicção de que algo está profundamente errado na filosofia governamental para o desenvolvimento daquela região. Não houve uma voz, sequer, seja da Situação, seja da Oposição, daquele Seminário, que a endossasse, exceção dos membros do Executivo. O que se nos apresentou foi um Nordeste enfraquecido em sua economia, um Nordeste desesperançado, um Nordeste a reclamar providências sérias, energias e imediatas. Quase a totalidade dos representantes nordestinos, nesta Casa, tiveram assento na Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste, a CONCENE. E constatamos, com tristeza, que várias das recomendações dessa Comissão, que estavam dentro da idéia presidencial de assistência a região tão necessitada, além de não terem sido atendidas, na prática, estão como que contraditadas por determinações e até portarias de órgãos que, certos estamos, não sintonizam com a intenção de quem, em Recife, numa hora dramática para toda a região, assumiu compromisso de redimi-la. Tão impressionados ficamos, nobre Senador, com a situação que encontramos na região, superlativo de tudo aquilo que nesta Casa anunciávamos como Verdade, que não nos furtamos a dizer: "por toda parte ouvimos dizer que estamos em tempo de mudar. Pois que mude o Nordeste, senão ele sucumbe". E essa visita presidencial, a nosso ver, vai servir para S. Ex.^a, mais uma vez, com sensibilidade, que lhe é inerente, sentir os problemas da terra e principalmente para verificar — usando a linguagem militar, dêle tão bem conhecida — que estão se contraditando a idéia de manobra e o dispositivo adotado.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Senador Virgílio Távora, deploro, lamentando que haja, na região nordestina, fatos tão dolorosos que estejam criando essa distonia em relação ao que postula e o que determina o Presidente da República. Mas, por certo — como bem disse V. Ex.^a — com essa nova viagem que o Presidente está realizando em Sergipe, Alagoas e Paraíba, ele poderá, com mais esse contato e com as denúncias que, nesta oportunidade, V. Ex.^{as} fazem, reavaliar o assunto...

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Peço a atenção do nobre orador para o tempo. Há outros oradores inscritos e a Mesa espera a colaboração de V. Ex.^a

O SR. BENEDITO FERREIRA — Vou terminar, Sr. Presidente. Mas queria tentar tranquilizar o Senador Virgílio Távora, apesar de saber que S. Ex.^a não precisa disso, pois conhece e tem podido observar de perto, as atitudes, o comportamento do nosso Comandante maior, o Presidente Médici. Ele sabe, como eu sei, a par desses informes, dos fatos aqui hoje afloreados, das várias denúncias feitas por homens responsáveis, como soem ser os Srs. Senadores que me apartearam, que as providências não tardarão.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex.^a um ligeiro aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Guerra — Gostaria de informar ao nobre Senador Benjamin Farah, que estranhou que nós do Nordeste, nós da ARENA, estivéssemos aqui a reclamar medidas efetivas ou como que o cumprimento das providências governamentais, uma vez que era a própria ARENA que estava hoje fazendo apreciação do Governo, que isso é demonstração evidente de que o Presidente Médici é democrático, que estamos numa democracia e que somos capazes de elevar nossos pensamentos, pelas palavras mais autorizadas, como as dos Senadores Virgílio Távora, José Sarney, Waldemar Alcântara e Dinarte Mariz, para dizer ao Presidente da República que as suas determinações, a grandeza dos seus propósitos, a orientação patriótica do seu Governo, não estão sendo obedecidas no Nordeste. O Senador Dinarte Mariz falou do algodão; eu falo da cana-de-açúcar do Nordeste, contra a qual se está praticando verdadeiro crime; é questão até de segurança nacional. Não estamos aqui falando contra os usineiros, dos quais fizeram até caricatura, mas contra a situação que atingiu a totalidade da pequena classe média de produtores rurais de cana-de-açúcar, que são em número de três mil. Enfim, essa orientação é que não está certa. E poucos dias faz que um Representante da Câmara dos Deputados transmitiu o que havia ouvido do talentoso Ministro da Indústria e do Comércio: "conheço mais o Nordeste do que V. Ex.^a" Não é possível que um jovem e talentoso Ministro da Indústria e do Comércio, nascido nas plagas ricas do Sul, conheça tão bem o drama da vida nordestina como nós que representamos aqui o pensamento da sua gente. Quero congratular-me com V. Ex.^a pela oportunidade de se ter regozijado com o Presidente da República, regozijo que é de todo o Parlamento e do representante do MDB, que aqui já falou, enaltecendo a orientação de S. Ex.^a, quando fez o PRODOESTE, orientação que é de toda a Bancada da ARENA. Seria também um grito de chamamento para que o Governo da República verifique que algo está errado. Não é possível

que os seus Ministros estejam certos e a representação, na variedade dos seus Estados, com responsabilidades de lideranças que exercem, estejam erradas.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Ex.^a um rápido aparte, apenas porque fui citado nominalmente? (Assentimento do orador.) — Não quero que fique um equívoco nos Anais do Senado. Não estranhei que a Bancada do Nordeste, ou a ARENA viesse reclamar os recursos para o Nordeste. Seria uma infantilidade de minha parte. Não disse isso. Acho que é muito justa a reclamação dessa Bancada e, mais do que isso, é até uma obrigação sua. Eu me alinho nesta bancada, estou com os nordestinos na defesa dos seus interesses. O que manifestei, daquela poltrona, foi a minha preocupação, porque, ainda há pouco, o Senador Virgílio Távora, com a sua agilidade mental, colocou o problema muito bem: a manobra está em contradição com o dispositivo. O que tememos é que os auxiliares do Presidente da República e até os que vão ser beneficiados não se afinem, não se aglutinem com esse decreto, na plenitude da sua intenção. Todas as verbas destinadas ao Nordeste foram planejadas. Estas também vão ser planejadas. Mas vamos ficar atentos para que, amanhã, o povo de Mato Grosso, de Goiás, do Distrito Federal...

O SR. PAULO GUERRA — São situações diversas. Há distorção na orientação do Presidente da República, através daqueles que executam.

O Sr. Benjamin Farah — O que reclamo não é pela intenção, que acho nobre e patriótica e merece inclusive os nossos aplausos; o que temo é a distorção, que V. Ex.^a muito bem citou, e essa contradição entre a idéia de manobra e o dispositivo, insisto.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas, Sr. Presidente, dizia eu, no preâmbulo da minha fala, que "quem não sente o mal não agradece o bem."

Só aqueles que sofreram na carne, como temos sofrido na nossa região, é que, por certo têm a responsabilidade de manifestar uma maior gratidão, quando aquinhoados como fomos, nessa oportunidade.

Como sabemos, todos, o povoamento de Goiás processou-se com muita lentidão, apesar das suas imensas potencialidades e amenidade do clima, exclusivamente por falta de atenções do Governo Central, que não nos propiciava sequer estradas, para, agora nos últimos anos, mesmo com pequena infra-estrutura lá existente, sofrer uma verdadeira explosão demográfica.

Em 1900 contávamos com 255 mil habitantes, em 1940 com 826 mil e em 1970 foram constatados pelo IBGE 2.989.414 habitantes.

A esta altura, mais de três milhões de brasileiros no Estado de Goiás, a exemplo, por certo, dos seus irmãos

que vivem no Estado de Mato Grosso, com a criação do Programa de Desenvolvimento da nossa Região, têm retemperado o ânimo e recompensados pelos esforços e sacrifícios cometidos até aqui, em favor do soerguimento econômico da Pátria.

Em que pesem os esforços empreendidos pelos últimos Governos Estaduais, Goiás ressentia-se de um apoio mais objetivo por parte do Governo Federal, tanto é que, apesar de todo o desenvolvimento alcançado, não ultrapassamos ainda a faixa do subdesenvolvimento, vez que a nossa renda per capita é inferior a 160 dólares.

Se por um lado, com o apoio maciço do Governo estadual e Banco do Brasil, temos diversificado a nossa agricultura e melhorado a nossa pecuária, estamos ainda muito aquém de um índice ideal de produtividade, transporte, armazenagem e industrialização dos nossos produtos.

Daí porque, Senhor Presidente, em boa hora vem o Presidente Médici decretar, com recursos financeiros e prazos determinados, a consolidação da "malha" rodoviária federal a que alude o diploma legal, a construção de estradas vicinais, obras de saneamento e regularização de cursos d'água e, como apoio maior à agropecuária, a construção de armazéns e silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos. Resalte-se que, mais uma vez, vem o Governo Federal, inteligentemente, a propiciar oportunidades para a participação da iniciativa privada na consecução dos objetivos governamentais, quando determina financiamentos a juros realmente vantajosos, para aqueles que se engajarem no Programa de apoio à agropecuária.

Por outro lado, há que se lembrar aqui que as rodovias programadas para o imediato asfaltamento irão beneficiar, em muito, não só os municípios e cidades atingidas diretamente, como também aqueles situados nas proximidades das mesmas, isto em função das chamadas estradas vicinais.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, o PRODOESTE atingiu uma área sempre esquecida pelos governantes: o Centro-Oeste. Muito se falou em marchas para o oeste; nunca se executou coisa alguma em benefício daquela região.

Analiseemos os pontos principais. No setor rodoviário, Goiás foi ótima-mente aquinhoado. A rodovia BR-050 — trecho Cristalina—Catalão — reduziu a distância entre Brasília e São Paulo em cerca de 160 km, beneficiando Brasília e área de influência dentro do Estado de Goiás e, finalmente, com a futura ligação Brasília—Uruaçu, através da BR-080, diminuirá a distância entre Belém e São Paulo em cerca de 330 quilômetros.

BR-060 — O trecho Goiânia—Rio Verde—Jataí intercomunicará a Ca-

pital do Estado e, por consequência, Brasília, ao sistema Rodoviário do sul do Estado de Mato Grosso, favorecendo largamente a grande produção agropastoril existente no seu trajeto.

BR-452 — Atravessa uma riquíssima região de basalto, ou seja, uma das melhores áreas agricultáveis do mundo, haja visto que permitirá o escoamento da safra de algodão de cerca de 70 mil hectares dos municípios de Santa Helena, Paraúna e Rio Verde.

BR-070 — Cortando transversalmente o chamado Mato Grosso Goiano, ligará a Brasília, Jaraguá, Goiás, Itapirapuã e Jussara, no Estado de Goiás, áreas de grande produção agropastoril e de vastos recursos minerais, além da interligação com a capital mato-grossense.

O Banco do Brasil e a CIBRAZEM financiarão o sistema de armazéns e silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos.

Exaustivo seria assinalarmos os benefícios advindos da implantação desse sistema: incremento às empresas do ramo, aumento de força de trabalho, estocagem de mercadorias perecíveis, prevenindo a entressafra; consequentemente, apoio à agropecuária.

Tomemos o meu Estado e vejamos a produção no setor agropecuário:

AGRICULTURA — 1969

Especificação	Quantidade (t)	Valor (Cr\$ 1.000)
Arroz em casca	915.003	243.359
Milho	561.393	76.240
Feijão	96.061	58.880
Mandioca	1.219.582	55.297
Algodão	48.327	24.133
Cana-de-açúcar	1.341.238	15.116

PECUÁRIA — 1969

Especificação	Efetivo dos Rebanhos (1.000 cabeças)
Bovinos	9.187
Equinos, asininos e muares	1.213
Suínos	5.481
Ovinos	150
Caprinos	242

Nota-se que, em 1969, apesar das 9.187.000 cabeças de gado, somente foram frigorificadas 21.994 toneladas.

Como se vê, apercebeu-se o Governo de que, um dos pontos cruciais da comercialização do gado é a falta de frigoríficos.

Isto vem atender a uma das maiores queixas de Goiás, que fatalmente serve de desestímulo ao criador, que é a exportação do gado em pé.

O meu Estado é um dos maiores produtores de arroz. Todavia, nem sempre esta produção é devidamente aproveitada, eis que a falta de armazéns e silos é responsável pela perda de grande parte.

O sul do Estado fornece 80% da produção de arroz. Exatamente nesse local é que o PRODOESTE exercitará a construção de silos e armazéns.

Senhor Presidente, desde a criação da SUDECO, ou mesmo muito antes, vimos acalentando a criação de um Banco de Desenvolvimento para a região. Esta nossa idéia foi manifestada em substitutivo que apresentamos, ainda na Câmara dos Deputados, com o apoio das bancadas de Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

A verdade manda que se diga que a determinação do Presidente da República, no sentido do asfaltamento da Brasília—Belém, até o término de seu governo, já valeu para os goianos como um programa inteiro de ajuda federal ao nosso Estado.

Ao consolidar a Belém—Brasília, ao executar a Transamazônica, PRO-TERRA, PIS, PND e, agora, com PRODOESTE, enfim, por tudo aquilo que tem feito em favor do Brasil, o Presidente Médici realiza os sonhos de Euclides da Cunha, de todos os patriotas, encarnando assim, para a nossa e futuras gerações, o espírito indômito de um moderno Raposo Tavares, como grande alargador de nossas fronteiras econômicas.

Finalizando, Senhor Presidente, quero manifestar a nossa imorredoura gratidão ao Presidente Médici. Faço-o em nome do meu povo, daqueles que sentiram o mal e por esta razão sabem melhor agradecer o bem que recebem do atual Governo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

Comparecem mais os Senhores Senadores:

José Guiomard — José Esteves — Milton Trindade — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Jessé Freire — Domicio Gondim — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O Senador Vasconcelos Torres enviou à Mesa discurso para ser publicado, na forma do art. 227 do Regimento Interno. S. Ex.^a será atendido.

É o seguinte o discurso do Sr. Vasconcelos Torres:

Senhor Presidente,
Senhores Senadores.

Recentemente, um jornal, que se edita na Guanabara, teceu injustas críticas ao Município de São Sebastião

do Alto, no Estado do Rio, distorcendo a verdade e dando imagem inteiramente falsa da região, que vem atravessando uma fase de progresso. O Prefeito Hélio Teixeira Vogas e o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Benício de Almeida repeliram a a injustiça e eu, na qualidade de Senador fluminense, solidarizo-me com esses dois companheiros de Partido.

O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Alto, Vereador Benício de Almeida, contestou o noticiário carioca, que apontava aquele município como sem condições de funcionar como unidade municipal, afirmando que a imagem verdadeira de São Sebastião do Alto é a de uma comunidade com largos horizontes de progresso e desenvolvimento.

“Nosso Município — disse — é um dos maiores produtores de leite do Estado, enviando às fontes de consumo cerca de oito milhões de litros, anualmente, possuindo, ainda, 40 mil cabeças de gado, atestando sua pujança na agropecuária. Na lavoura, temos uma posição de destaque, com 700 propriedades rurais catalogadas e produção em alta escala de hortaliças, arroz, milho, feijão e fumo em folha.”

Já o Prefeito Hélio Teixeira Vogas referiu-se às imensas perspectivas de progresso que se avizinha para São Sebastião do Alto, com a exploração de sua jazida calcárea, considerada uma das mais ricas do País. Um grupo franco-peruano e a Cimento Portland já estão se movimentando para instalar uma fábrica de cimento branco na região, o que virá dar a partida na implantação industrial do município.

No setor do turismo, é otimista a posição de São Sebastião do Alto, já inscrita no Camping Club do Brasil e, com seus 600 metros de altitude, excelente clima e fonte de água mineral, capaz de atrair para a região os mais exigentes turistas. Citou, ainda, como locais de turismo, as grutas de Mucuri e de Santa Irene, além de densa floresta para a caça e pesca.

Enfatizando que São Sebastião do Alto não é, portanto, terra de ninguém. Os dois homens públicos historiaram as condições de infra-estrutura do município, lembrando que ele é o 8.º alfabetizado do Estado, possui ruas calçadas, rede de esgotos, escolas primárias e secundárias, posto de saúde, agência de correios e do DNERu, 3 bibliotecas, luz elétrica, duas bandas de música, clubes sociais e uma das mais belas topografias do Estado.

Se o jornal quis prejudicar o município, é certo que o fez, mas praticou, sobretudo, um desrespeito aos seus leitores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Terminado o período destinado ao Expediente.

A Ordem do Dia da presente Sessão destina-se a Trabalhos das Comissões.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, antes de me referir a duas medidas que pretendo apresentar, eu queria, como Representante do MDB, dizer uma palavra sobre o debate que acaba de ser travado; debate da maior importância e da maior significação.

Todos reconhecem a intenção reta do Presidente da República, o seu desejo de resolver os problemas do Nordeste, a sua decisão firme de dar uma solução de justiça àquela calamidade que ele mesmo retratou em palavras que foram aqui lembradas, recentemente, pelo nobre Senador Arnon de Mello.

A intenção do Presidente é clara. A intenção dos Presidentes que o precederam também foi clara. Entretanto, a situação é clamorosa e gritante. Quem não se move ao ouvir depoimentos como os de Arnon de Mello, Virgílio Távora, Waldemar Alcântara, João Cleofas, Paulo Guerra e tantos outros que, em nome do Nordeste, trouxeram aqui o seu testemunho sobre aquela situação calamitosa?

Não adianta jogar a culpa sobre um ou sobre outro. A razão fundamental, que está na base destes males, é a estrutura de poder que nos governa. A Constituição estabelece:

"Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido."

Mas os representantes do povo, que conhecem a situação, que a vivem, que sofrem por causa dela, que transmitem, com a forma candente com que o fizeram, os problemas do Nordeste, não têm — os representantes do povo e o Congresso —, infelizmente, neste momento, o poder de tomar as iniciativas que a realidade exige.

Somos obrigados a apelar para o Presidente da República, para que S. Ex.^a, como um semi-deus, determine, na sua onipotência e na sua onisciência, qual a medida que deve ser tomada.

Não há homem, por mais reto, por mais competente, que possa salvar o nosso Brasil. É só o povo brasileiro organizado, representado por aqueles que ele elege, que pode dar solução democrática e efetiva aos nossos problemas.

É preciso lembrar que não cabem as soluções através do poder concentrado nas mãos de um gabinete ministerial, competente, técnico, preparado, mas que, exatamente por ser preparado e técnico no estudo dos problemas abstratos e gerais, está, como não pode deixar de ser, num país grandioso como o Brasil, divorciado da realidade, completamente. É preciso

que venha de baixo para cima e não de cima para baixo: esta a solução de base para os nossos problemas.

É preciso que a restauração democrática, que tem sido anunciada e retardada, com urgência baixe sobre o Brasil. Esta é a única forma de resolvermos nossos problemas. É confiar na comunidade, nos representantes da comunidade, na descentralização do poder, e não na sua concentração. Esta é a conclusão que se tira do debate dramático que aqui se travou.

Quero, neste momento, cumprimentar, como brasileiro, a coragem, a bravura, a objetividade e o espírito público dos ilustres representantes da Bancada Nordestina. Eles nos estão mostrando o Brasil verdadeiro e estão dando, ao Sr. Presidente da República e ao País, o testemunho de que é preciso encontrar um caminho para a solução desses problemas, em virtude dos quais estão morrendo diariamente irmãos nossos no Nordeste brasileiro.

O Sr. Benedito Ferreira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Franco Montoro, louvo a habilidade de V. Ex.^a, como homem da oposição, em tentar pôr lenha na fogueira".

O SR. FRANCO MONTORO — Não estou, nobre Senador Benedito Ferreira, em tentar "pôr lenha na fogueira". Absolutamente.

O Sr. Benedito Ferreira — Vossa Excelência se esquece de que é um homem que tem um compromisso muito grande com a vida pública brasileira. V. Ex.^a vem de muito longe na vida pública brasileira. V. Ex.^a não tem como ignorar, a não ser que queira escamotear a verdade, que tudo isso que aí está ainda é reminiscência, reflexo das muitas distorções daquele regime de excessiva liberdade, de excessiva liberalidade, graças a erros históricos dos quais até poderíamos buscar a culpa na Constituição de 1891, quando transformamos um país de regime unitário em federação. Essas distorções, aquele volume excessivo de liberdade dado às unidades federativas permitiram que chegássemos àquele verdadeiro arquipélago econômico a que aludi há pouco, no meu pronunciamento. O que se vem tentando, agora, é corrigir todas essas mazelas, todas essas distorções. Eu citaria, como figura bastante ilustrativa, o que ocorria no Estado do Maranhão. O Estado do Maranhão, que foi um dos mais prósperos deste País, que se deu ao luxo de emprestar dinheiro ao Estado de Vossa Excelência, quando São Paulo enfrentou dificuldades financeiras, o Maranhão, que tinha a gabolice de dizer que era

a unidade que detinha mais obrigações do Tesouro Nacional, esse mesmo Maranhão, até o governo revolucionário de José Sarney, não tinha sequer um palmo de rodovia planejada. Até o governo revolucionário de José Sarney, com os reflexos do Governo revolucionário de Castello Branco, o Maranhão, graças a esse regime de liberalidade defendido por Vossa Excelência, tinha somente um ginásio estadual. Veja Vossa Excelência que, em verdade, tudo aquilo que ocorre ainda no Norte e Nordeste, tudo que aí está para lamentação nossa, nada mais é do que o reflexo de tanto liberalismo e, por que não dizer, de libertinagem em que, desgraçadamente, se transformou a democracia em nosso País. Esteja V. Ex.^a certo de que não se consegue uma reforma, nem corrigir tantas distorções e vícios, sem que se verifiquem alguns desacertos. Não se consegue — vamos usar uma figura um tanto inadequada —, nas circunstâncias atuais, produzir um parto sem dor em tempo recorde, como quer V. Ex.^a, solução para todas as mazelas, quando, em verdade, o que se está fazendo é construir o Brasil Grande. V. Ex.^a, hábil e inteligentemente procurou capitalizar essas divergências em nossa Bancada, próprias das democracias, para, como homem da Oposição, fomentar — por que não dizer? — de certa forma a intriga. Mas V. Ex.^a faz bem, desempenha o seu papel de opositor nesta Casa.

O SR. FRANCO MONTORO — Respeito o ponto de vista de V. Ex.^a, mas minha intenção não é dividir a Bancada da ARENA, mesmo porque aquilo que já é não pode voltar a ser feito. Entretanto, a análise da situação brasileira não é tão simplista, nobre Senador. Na realidade, o Brasil está progredindo. Mas não está progredindo apenas de alguns anos a esta parte. Quem fizer um exame objetivo da História do Brasil há de honrar a figura daqueles homens que, como Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek — para mencionar alguns dos mais distantes — contribuíram para o nosso desenvolvimento. Os índices de crescimento que estão anunciando agora são precisamente aqueles atingidos ao tempo do Sr. Juscelino Kubitschek, onde o regime democrático ficou intacto. Não tivemos um dia de interrupção das garantias democráticas. Construiu-se Brasília, deu-se um extraordinário desenvolvimento em inúmeros setores de nossa economia, como se deu com medidas tomadas por outros governos depois da Revolução. Da mesma maneira, foram tomadas medidas no sentido do nosso desenvolvimento.

O Brasil se desenvolve, mas há problemas como este que foi lembrado.

Não acuso o atual Governo. Eu menciono uma circunstância que é

incontestável: na medida em que o Governo ficar fechado com todos os poderes em suas mãos, assessorado por técnicos, e na medida em que a comunidade que elege os seus representantes não tiver poderes para participar da direção, nós teremos um Governo autoritário, um Governo que tem as magníficas intenções como o Presidente tem revelado, mas que apesar disso não consegue chegar a uma solução concreta desses problemas.

Poderia mencionar uma série de outros: o problema da habitação por exemplo.

O erro fundamental, a nosso ver — é claro que estou dando a nossa interpretação —, foi ter-se dado ao problema da habitação uma solução tipicamente autoritária.

É comum, ainda vimos há dias no relatório, uma comparação com a Fundação da Casa Popular. A Fundação teria construído sete mil casas em toda a sua existência e o BNH construiu setecentas mil.

Este argumento pode servir para propaganda, para aqueles que não conheçam o problema. Na realidade, a Fundação da Casa Popular, que vem do tempo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, era uma dentre dezenas ou centenas de outras organizações que cuidavam da habitação.

Aquêles que falam da Fundação da Casa Popular como único órgão que trataria do problema esquecem-se de que muitos outros órgãos existiam e de que, por exemplo, Brasília foi feita por organizações que cuidavam de habitação e de construção: os Institutos de Pensões e Aposentadorias, SESI e SESC, Cooperativas Habitacionais, Institutos de Previdência, Caixa Econômica — uma série de outros organismos que tinham planos habitacionais.

Havia uma multiplicidade de organismos que deveriam ser mantidos. Dever-se-ia estimular o trabalho da comunidade.

Sou contra as soluções estatais e contra as soluções individualistas. Defendo as soluções comunitárias. Sem a colaboração da comunidade não é possível resolver nenhum problema.

Com a habitação deu-se isto, fez-se um plano que eliminou praticamente os demais organismos.

Tivemos um depoimento trágico feito na Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados. O representante do SESI de São Paulo declarava que eles tinham iniciado um plano de habitação, destinado um bilhão de cruzeiros, distribuído entre as empresas, desde que, cada empresa dessa mais um bilhão de cruzeiros, desse outro tanto, e assim teriam mais um bilhão de cruzeiros. A empresa, por sua vez, emprestava aos empregados, organizados em cooperativas, e dariam a eles outro tanto que seriam levantados. E

assim esse um bilhão se transformava em quatro bilhões de cruzeiros, pela colaboração da comunidade.

Vejo o plano estatal, autoritário, unificador do BNH. Que aconteceu com o SESI? O BNH exigiu que a quantia do SESI fosse entregue a ele, BNH, para que ele fizesse, numa organização unitária, a política habitacional do Brasil. E o que se deu? O SESI interrompeu seus planos. E o que aconteceu? O BNH montou a sua estrutura, extraordinária, elogiada em todos os congressos internacionais mas, como toda estrutura burocrática, cara. Aquêles bilhão de cruzeiros que era retirado do SESI, passou a ser arrecadado em cada Município, em cada Estado, dentro do plano federal, e depois a verba distribuída. Entre o subir até aos órgãos centrais e o descer até à periferia, há o desgaste, que é a marca de toda burocracia.

É excessivamente onerosa a máquina instalada, autoritária, estatal, e não um plano comunitário.

Em lugar de ter duzentas, trezentas ou quinhentas organizações a construir casas, a estabelecer seus planos, passou-se a ter um único plano, dirigido por uma autoridade nomeada pelo Governo e concentrando em si todos os poderes, inclusive para dimensão da casa em todos os recantos do Brasil.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Com prazer.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a declarou que era seu ponto de vista pessoal, e, claro, só podia ser. A resposta a V. Ex.^a é dada pelo fato de eu ver, nas minhas viagens pelo interior da Bahia, não só na capital, a satisfação de inúmeras famílias pela oportunidade de aquisição da casa própria. Vejo isto, sinto isto. O aplauso é enorme. Lamentam que essas 700 mil casas não sejam 7 milhões. A única lamentação que há é esta. E quanto ao que V. Ex.^a disse do trabalho comunitário, aqui em Brasília eu sei que há, sob os auspícios do Governo do Distrito Federal, construções desse tipo comunitário. Agora, as possibilidades desse tipo comunitário são reduzidíssimas. Eu conheço o pensamento de V. Ex.^a Defende a tese da casa construída e doada. V. Ex.^a quase disse...

O SR. FRANCO MONTORO — Essa é opinião de V. Ex.^a

O Sr. Ruy Santos — Em discurso, V. Ex.^a já disse que casa é necessidade. Acho que vou repetir as palavras de V. Ex.^a, porque, apesar da idade, ainda tenho um resto de memória: "Da mesma maneira que saúde, educação, deve-se dar habitação." Isso disse V. Ex.^a mais de uma vez.

O SR. FRANCO MONTORO — V. Ex.^a não encontra em um único discurso meu a afirmação de que a casa

deve ser doada. Isto é interpretação de V. Ex.^a V. Ex.^a é livre para assim interpretar.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a, pelo menos, disse que o Governo devia contribuir com os impostos, com o produto dos impostos...

O SR. FRANCO MONTORO — Que é coisa diferente.

O Sr. Ruy Santos — Ah! e para que é isso, o produto dos impostos vai para voltar?

O SR. FRANCO MONTORO — Quando o Governo concede incentivos aos industriais está fazendo doação, está ajudando a construção da casa ou é apenas incentivo?

O Sr. Ruy Santos — Incentivo é coisa diferente; não confunda alhos com bugalhos, nobre Senador.

O SR. FRANCO MONTORO — V. Ex.^a concorda que o Governo ajude o industrial com incentivos e não concorda que ajude o trabalhador também com incentivos. É a mesma coisa, nobre Senador.

O Sr. Ruy Santos — O que é o incentivo fiscal? É o Governo retirando do produto da arrecadação do Imposto de Renda para esta ou aquela finalidade. Não é isso?

O SR. FRANCO MONTORO — Essa é uma forma de incentivo. Há o subsídio, há muitas outras.

O Sr. Ruy Santos — É a principal, a que se está usando aí. V. Ex.^a quer que o imposto vá para a construção da casa. Seria o ideal, concordo com V. Ex.^a

O SR. FRANCO MONTORO — Se V. Ex.^a concorda comigo, não precisamos discutir.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a, como opositorista, há de querer agradar: vamos dar casa, vamos distribuir casa; mas, lamentavelmente, meu nobre Colega, isso não é possível e o povo que recebe salário-mínimo está satisfeito com a casa popular que está tendo.

O SR. FRANCO MONTORO — Haveria muita coisa para dizer a respeito. Quero, de início, dizer que V. Ex.^a mesmo se encarregou de demonstrar que eu nunca afirmei que as casas deveriam ser doadas.

O Sr. Ruy Santos — Não disse isso, não! V. Ex.^a falou que a casa era um direito, como a saúde e a educação. A saúde e a educação não são dadas pelo Governo com os impostos? Diga que é!

O SR. FRANCO MONTORO — Não é, não. O Estado colabora, contribui.

O Sr. Ruy Santos — Então, já não podemos discutir, meu nobre Colega. A saúde e a educação que o Governo faz é produto de imposto. V. Ex.^a quer que a casa seja igualmente dada; então, não vale a pena discutir.

O SR. FRANCO MONTORO — V. Ex.^a há de compreender claramente, há de reter os pontos essenciais do que foi dito. O que afirmei é que, assim como educação e saúde são necessidades, o Estado não pode se comportar em relação à habitação como se ele devesse receber da habitação uma retribuição total daquilo que aplica.

O Sr. Ruy Santos — Ainda vou pegar esses discursos de V. Ex.^a para lhe avivar a memória.

O SR. FRANCO MONTORO — V. Ex.^a não concorda com isso? É exatamente o que disse e vou repetir.

O Sr. Ruy Santos — Não! V. Ex.^a disse que é dever do Estado dar habitação — com estas mesmas palavras — como saúde e educação.

O SR. FRANCO MONTORO — Exato.

O Sr. Ruy Santos — Ah! De onde vêm a saúde e a educação, minha Nossa Senhora?

O SR. FRANCO MONTORO — Sabe V. Ex.^a que vêm de várias fontes, como também em relação à habitação, e quem diz isto não sou eu. V. Ex.^a deve conhecer a lei da habitação que estabelece como preceito obrigatório.

Art. 62 — que o Governo deve fazer um Plano de Habitação para as pessoas de menores recursos, onde o Estado aplique impostos na construção e venda de casas. Isto é um imperativo legal de uma lei feita depois de 64. Esta a situação.

O fato de eu afirmar que o Estado deve colaborar na habitação, isto não significa que ele deva distribuir casas.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a faz uma analogia... Na casa popular, meu nobre colega, e vou usar a expressão — não gosto muito das expressões dos economistas, mas acho que dizem assim: na infra-estrutura do sistema habitacional, ou seja, água, luz, nivelamento do terreno, tudo é do Poder Público. O Banco da Habitação só faz a construção.

O SR. FRANCO MONTORO — Isso é engano de V. Ex.^a O artigo a que me refiro não diz respeito à infra-estrutura, isto é, água, esgoto, luz, ou outros melhoramentos urbanos. O artigo a que me refiro diz respeito à construção e venda de casas para uma população de menores recursos. Posso informar a V. Ex.^a, nobre Senador Ruy Santos, que foi emenda de autoria do saudoso Deputado Brito Velho. O Governo tem obrigação de fazer esse plano. Já formulei dez requerimentos de informações, e toda vez a resposta é que o plano está feito, mas passou do Ministério do Planejamento para o do Interior; e deste para o Ministério da Fazenda; da Fazenda para o da Justiça, e até agora o plano não foi feito.

Portanto, o que disse não é novidade alguma. É preceito legal não cumprido pelo Governo.

Sr. Presidente, a interferência do nobre Senador Ruy Santos de certa

forma afastou-me do problema que focalizava. Falava das deficiências do Plano de Habitação e S. Ex.^a sustentava, como fato decisivo, que na Bahia todos estão satisfeitos com o Banco Nacional da Habitação. Confesso que há muito tempo não vou à Bahia,...

O Sr. Ruy Santos — Faz mal!

O SR. FRANCO MONTORO — ... mas posso exibir ao nobre Representante baiano cartas recebidas de todos os pontos do Brasil, e talvez até da Bahia, com queixas candentes, de verdadeiro desespero, sobre o problema da habitação. No entanto, não passarei a invocar essa correspondência, porque é o próprio Governo quem reconhece o fato. Houve, nos últimos meses, três ou quatro projetos de lei modificando o plano. Se ele era tão bom, se o plano era tão excelente e a população estava tão satisfeita, por que modificá-lo?

O Sr. Ruy Santos — E V. Ex.^a o está combatendo.

O SR. FRANCO MONTORO — Veja V. Ex.^a, o fato concreto e objetivo é outro. Na realidade, o Plano de Habitação foi um dos grandes esquemas de propaganda do Governo.

A cada passo, os congressos internacionais têm elogiado os planos de habitação do Brasil; congressos internacionais de habitação têm concluído, por sugestão, talvez, da representação do Brasil, que este plano é modelar; todos os meses temos notícias disto. Mas acontece o seguinte: quem compra a casa e paga-a, não são os estrangeiros. É o povo brasileiro; e esse povo reclama. Não são apenas os representantes do MDB; os da ARENA também protestam contra a situação do Nordeste, como protestaram, com razões objetivas, contra a situação da casa popular nos seus Estados.

Lembro-me aqui de um pronunciamento magnífico do Senador Helvidio Nunes mostrando que, no seu Estado, a situação era de desespero. E eu lembrava a S. Ex.^a, naquela ocasião, discursos semelhantes feitos na Câmara dos Deputados, pelos representantes de quase todos os Estados, e, para citar, apenas um: o Estado de São Paulo.

Eu posso informar a V. Ex.^a que todos os dias recebo queixas. Ontem recebi duas — uma da cidade de Taquaritinga. V. Ex.^a pode mandar verificar. Taquaritinga é uma cidade do interior de São Paulo; existem, ali, quinzentas casas construídas e prontas, há mais de dois anos, e não podem ser vendidas, porque não há, na cidade, pessoas com capacidade aquisitiva para pagar o preço exigido pelo vendedor, dentro do sistema nacional de habitação. Na cidade de Franca, tive a oportunidade de ver 98 casas construídas e prontas, fechadas há 2 anos, destinadas aos bancários da cidade. Nenhuma, até agora, foi habitada, porque não há um bancário com capacidade aquisitiva para comprar

ou pagar aquelas casas. O fato é tão real, que o Banco da Habitação, que não faz outra coisa, se viu diante da necessidade, primeiro, de afastar o Presidente, porque ele, nas suas argumentações — eu tive muitos debates com ele — sustentava que a situação era inatacável e nada havia a modificar. Não foi este o pensamento do Governo. O Governo o afastou, respeitando a sua autoridade e competência, a sua reta intenção; mas reconhecendo haver um erro objetivo, o Governo o afastou, substituiu-o, e iniciou um processo de reformas. Algumas já chegaram ao Congresso, outras estão anunciadas.

Portanto, nobre Senador, V. Ex.^a, como Líder do Governo, não pode dizer que a população está satisfeita com aquilo que o Governo está modificando. De duas, uma. Ou a população não está satisfeita e o Governo está atendendo ao apêlo da população com as reformas que faz, ou então o Governo não toma conhecimento do que a população está dizendo. Se o plano é bom, para que modificá-lo?

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Ouço o nobre colega.

O Sr. Ruy Santos — Em primeiro lugar, V. Ex.^a diz e rediz que as medidas do Governo são com fins de propaganda.

O SR. FRANCO MONTORO — Isto é um detalhe.

O Sr. Ruy Santos — No entanto, o Governo faz para fazer, para realizar o bem público. Se isto traz vantagens ao Governo pela repercussão na opinião pública — e isto está doendo em V. Ex.^a — o problema não é meu.

O SR. FRANCO MONTORO — O que estamos vendo é que está doendo, não na Oposição; quem se queixou, até agora, nobre Senador, foram os Senadores da ARENA. É o Nordeste que está clamando e chorando, não somos nós. Eu apenas estou interpretando. Eu, de propósito, não interfeiri no debate para fazer depois a interpretação do fato.

V. Ex.^a não queira negar a realidade! Há problemas sérios e graves, há sofrimento e dor, no Nordeste, com os planos do Banco da Habitação.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a permite o aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Com prazer.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a devia elogiar o Governo porque, onde encontra falhas, ele não cora em estender a mão e corrigir. O Governo disse e redisse que é preciso alterar, e está alterando.

O SR. FRANCO MONTORO — Concordo com V. Ex.^a, e dou aplausos, e tenho votado a favor dessas emendas.

O Sr. Ruy Santos — E não serão as únicas alterações essas, nobre Senador. Qualquer medida em execução, principalmente uma inovadora como essa, fará surgir, na prática, necessidade de alterações que precisam ser feitas, e estão sendo feitas. Daí não conclua V. Ex.^a que a idéia do plano é má. É preciso evitar certas distorções que existem, em benefício do povo. Aí a questão é diferente...

O SR. FRANCO MONTORO — Estou de pleno acordo com V. Ex.^a O Plano de Habitação é necessário, o plano é de absoluta justiça social. Ele contém falhas. Falhas que V. Ex.^a negava há pouco, e que o Governo reconhece.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a não altere. Eu nunca neguei...

O SR. FRANCO MONTORO — V. Ex.^a disse que o povo estava satisfeito, e que V. Ex.^a só ouvia elogios ao plano, na Bahia.

O Sr. Ruy Santos — Eu disse que na Bahia há uma satisfação geral, e há. V. Ex.^a citou uma cidade aí, não ouvi o nome direito...

O SR. FRANCO MONTORO — Citei duas, Taguaritinga e Franca, mas podia citar dezenas — Presidente Prudente, Regente Feijó,...

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a, se for a Feira de Santana, verá que já se realizaram dois planos; já estão em duas mil e tantas as casas construídas e o povo a pedir mais, e vão ser feitas mais. Cito exemplos assim a V. Ex.^a Está aqui um colega da Bahia, que pode atestar.

O Sr. Antônio Fernandes — V. Ex.^a poderia citar Feira de Santana, Jequié...

O Sr. Ruy Santos — E estão a pedir mais e mais.

O SR. FRANCO MONTORO — É claro que o povo pede casas, quer casas, precisa de casas. Mas, é preciso construir casa que o povo possa pagar. A informação que se tem, é de que uma porcentagem extraordinariamente grande daqueles que estão comprando sua casa não está podendo pagar. Se V. Ex.^a ler os comunicados do BNH, recomendando insistentemente que paguem, que não continuem os atrasos, estabelecendo agora até medidas para aqueles que não pagarem até 30 de novembro ou 30 de dezembro, verá que isso é o reconhecimento oficial daquilo que já se sabia através dos depoimentos feitos por Senadores e Deputados.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Trata-se, no momento, de análise que faço...

O Sr. Ruy Santos — Isso de pedir o pagamento é devr do Banco.

O SR. FRANCO MONTORO — ... a respeito do custo do Banco.

O Sr. Ruy Santos — O Banco é o administrador e precisa manter o capital do Fundo de Garantia.

O SR. FRANCO MONTORO — Há planos centralizados e burocratizados. Estes são necessariamente caros. E há planos descentralizados, com a colaboração da comunidade. Estes são os que podem tornar mais barata a construção. Não falei em teoria, citei casos concretos. Da instituição, lugar e número de casas, construídas pelo SESI em São Paulo, que teve de fechar sua carteira, sua operação, sua atuação no campo da habitação, para contribuir com o imposto para o BNH, para que esta máquina funcionasse de acordo com o modelo que me parece errado pela grandiosidade das suas dimensões, pela centralização do poder. Neste sentido é que fiz uma crítica fundamental quanto à estrutura geral deste plano.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Com prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Senador Montoro, eu gostaria de contribuir com o discurso de V. Ex.^a, dizendo que se há queixas contra o BNH, elas existem, mas não na área das casas populares. O que existe, de fato, eu vou informar a V. Ex.^a, citando o exemplo de Goiânia, a capital do meu Estado. Fui informado pelo próprio Presidente da Caixa Econômica Estadual, que 25% daquelas pessoas que solicitaram financiamento, não para casas populares, mas para casas, algumas delas até mesmo suntuosas, que 25% daqueles tomadores faziam empréstimos para adquirirem ou construir em casas para especulação. Vê V. Ex.^a que não eram pessoas que buscavam casas para habitar, mas que perseguiam a valorização, de certa forma artificial, que havia na capital do meu Estado. De sorte que esse é, hoje, o objetivo daquelas medidas, aparentemente drásticas, do Governo, para compeli-los ao pagamento. Não são as casas populares que estão criando problemas. Posso assegurar a V. Ex.^a que não há caso, no meu Estado, em que um operário, um pai de família, que não tivesse um teto para morar, e que comprasse uma casa popular, não estivesse dando conta de solver os seus compromissos para com as cooperativas ou para com o próprio BNH.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço a contribuição de V. Ex.^a É, portanto, um outro tipo de falha — a especulação. Há outros como o número de intermediários. Essas organizações muito grandes são obrigadas a recorrer a intermediários e essa multiplicidade de intermediários é que torna necessariamente onerosa, cara, a operação. Por isso, somos partidários das soluções descentralizadas, soluções comunitárias, através da própria base.

Mas, Sr. Presidente, dizíamos, no início das nossas palavras, que esta consideração vinha apenas como preliminar com relação à medida que iam sugerir sobre outro assunto mais ligado a esta mesma idéia fundamental.

Parece-nos que uma das maiores necessidades do Brasil, hoje, é estimular a participação da comunidade na solução dos nossos problemas. Precisamos deixar de lado as soluções ou a admiração pelas soluções paternalistas realizadas pelos governos: apelar para o governo, esperar que ele resolva os nossos problemas, éle Governo, éle Presidente, éle Ministro. É preciso encontrar fórmulas para associar a comunidade à solução dos nossos problemas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, acabo de receber uma representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito — CONTEC — em que essa confederação sugere que, ao lado da assessoria de empresas, cuja instalação foi anunciada pelo Presidente da Câmara, dentro da reforma planejada para a Câmara e o Senado, propõe a Confederação que, ao lado dessa assessoria da empresa, seja organizada também uma assessoria do empregado, que poderá ser constituída por representantes das Confederações Nacionais de Trabalhadores. Assim a comunidade, através de empregados e empregadores, poderá fornecer subsídios, assessoria a comissões, aos parlamentares, no debate das medidas de interesse público. Sugerimos que essa medida seja acolhida não apenas na Câmara, mas também no Projeto de Reforma do Senado, que se processa neste momento. Essa medida, além de assegurar maior equilíbrio e amplitude das informações aos parlamentares, decorre de um imperativo legal.

A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que as organizações sindicais, representativas de empregados e de empregadores, tenham qualidades de órgãos consultivos do Poder Público.

É preciso que o Congresso não rejeite, pelo contrário, facilite a participação desses organismos, que representam todas essas categorias econômicas ou profissionais no plano nacional, para que venham trazer, em relação às medidas em tramitação no Congresso, o pensamento de toda a comunidade brasileira, através de seus representantes oficiais e legais.

Desejo também, Sr. Presidente, trazer ao conhecimento do Senado e encaminhá-lo aos órgãos competentes uma representação que acabamos de receber do Sr. José Mendes de Oliveira, lavrador no município de Mariúlia.

Em sua representação, denuncia o signatário o seqüestro de Sebastião Pereira, levado à prisão daquela cidade, segundo diz, com a convicção

de autoridades locais. *Tratando-se* de assunto da competência do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, encaminhamos a esse órgão, para as providências que o caso requer, a representação e os documentos que nos foram remetidos.

São estas as considerações que desejava fazer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney. **(Pausa.)**
S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias o ilustre Líder da ARENA, nesta Casa, falou sobre a personalidade do Almirante Amorim do Valle, recentemente falecido.

A Marinha do Brasil perdeu, na semana passada, uma das suas mais destacadas figuras. Aos 78 anos de idade faleceu o Almirante Edmundo Jordão Amorim do Valle, na antiga Capital da República. Foram 60 anos dedicados à Marinha, aos problemas do mar e de sua classe. Mesmo na Reserva continuou preocupado, acompanhando de perto tudo o que se relacionava com a corporação a que serviu desde a juventude. Mas não vou falar de sua fé de ofício. Não citarei as comissões que exerceu, sempre, aliás, com grande brilho e dedicação. Não darei as datas de suas promoções, tôdas por merecimento, nem enumerarei as condecorações que lhe foram conferidas por bons serviços prestados, na paz e na guerra. Não me vou referir ao Ministro Amorim do Valle. Quero falar do oficial Amorim do Valle, jovem oficial que, em 1924, tomou parte nos movimentos revolucionários. Foi ele um dos participantes da conspiração chefiada pelo Almirante Protógenes Guimarães. Prêso esse chefe militar, Amorim do Valle permaneceu fiel aos compromissos que havia assumido.

Quando o encouraçado São Paulo se revoltou com um grupo de jovens tenentes, Amorim do Valle, quase que isolado, a bordo do encouraçado Minas Gerais, para não faltar à sua palavra, tentou — quase que desesperadamente, revoltar o navio.

Prêso, sofreu anos, aguardando julgamento. Libertado, continuou fiel aos seus ideais, integrando pequeno grupo de jovens oficiais da Marinha, chefiados pela figura extraordinária de Ari Parreiras.

Com o advento da Revolução de 1930, à qual, desde logo, se filiou, foi destacado para missões mais importantes, junto ao Almirante Conrado Heck, Ministro da Marinha, e Almirante Protógenes Guimarães. Mas aquele homem que vinha de uma luta, que havia sofrido, ao ter qualquer

parcela de mando em suas mãos, com a possibilidade de fazer o bem e o mal, só pensou na pacificação da Marinha. Não usou seus poderes para perseguir seus adversários da véspera. Pelo contrário, procurou a todos proteger, procurou apagar as lutas, as marcas das lutas do passado, e fazer com que a estrutura da Marinha sofosse o menos possível.

O que quero exaltar aqui é, justamente, o caráter desse homem de bem, generoso. Ligados por velha amizade estivemos, anos e anos, na mesma trincheira. Depois, nos separamos. Mas, mesmo assim, mesmo aí, nos momentos em que eu me encontrava no Governo e ele na Oposição, ou ele como Ministro do Governo que eu combatia, a nossa amizade não diminuía.

Antes de tomar uma decisão importante ele procurava os amigos que estavam do outro lado, buscando manter os laços de amizade e, mais do que isto, procurando soluções que pudessem harmonizar a vida do País.

Com o mesmo carinho com que, de longe, eu acompanhava sua vida, ele seguia minha carreira política, fazendo sempre votos pelo meu êxito.

A mesma correção ele tinha para com todos os seus companheiros que marchavam em campos opostos.

Tais fatos são por mim citados para que se avaliem as qualidades morais deste grande marinheiro, desta personalidade que tanta falta vai fazer à Marinha e ao Brasil.

Assim, em nome dos antigos companheiros de Amorim do Valle, presto-lhe merecida homenagem, rendo-lhe o tributo de amigo e, ao mesmo tempo, exalto uma figura que honrou — pelo exemplo que soube dar à Marinha de Guerra — a nossa Pátria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o nobre Senador Benjamin Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH — Sr. Presidente, no dia cinco deste mês, fui ao Rio de Janeiro para associar-me às homenagens prestadas ao Professor Edgar Magalhães Gomes, grande Professor e um dos mais eminentes cardiologistas deste País.

Esta homenagem, Sr. Presidente, foi em virtude de sua passagem para a aposentadoria, aos setenta anos.

Lá na Santa Casa, naquela velha enfermaria, a vigésima segunda onde pontificou, durante longos anos, o grande Professor Austregésilo, lá, naquela enfermaria, tive a oportunidade de reencontrar velhos colegas, companheiros e amigos. Vi, também, inúmeros professores, funcionários, estudantes.

Em suma, Sr. Presidente, foi uma solenidade tocante.

O Professor Magalhães Gomes, de quem tive a honra de ser aluno, viveu horas de felicidade, conforme ele declarou.

Ouvi estudantes e companheiros daqueles tempos fazendo belíssimas orações. Entre eles, estava o Professor Hugo Alqueres, meu companheiro e, hoje, grande médico, uma das figuras mais eminentes do Ministério da Saúde.

Mas as comemorações da aposentadoria do Professor Magalhães Gomes continuam. Ainda hoje mesmo vai ser homenageado, no Rio de Janeiro, com um grande banquete. Ele bem o merece.

Ainda me lembro, quando recém-formado em medicina, de notícia que nos entusiasmou a respeito do Professor Magalhães Gomes. Retornando ele de Petrópolis para o Rio de Janeiro, ali passou a exercer a medicina, em consequência da aprovação em concurso. Foi tão belo, tão bonito o concurso que o nome de Magalhães Gomes se espalhou como se fosse um relâmpago, e os médicos e estudantes pronunciavam, a cada momento, o nome dele com o maior respeito. Ele havia passado pela Vigésima Segunda Enfermaria onde fora, também, assistente do Professor Austregésilo. Partiu e depois retornou com brilho inextinguível. Volta, para ser chefe de clínica junto ao Professor Austregésilo. Organiza um curso de cardiologia, naquela época. Vários médicos tomaram parte neste curso. Muitos estão lecionando em Faculdades e, daí para cá, Magalhães Gomes polarizou a atenção da classe médica, não só do Rio de Janeiro, como de outros Estados. Mais tarde, após brilhante concurso, ganhou a Cátedra de Propedêutica Médica.

Sr. Presidente, as aulas belíssimas que o Professor nos tem dado, a participação desse homem nos vários Congressos do País e no exterior, a projeção do seu nome em todo o mundo faz com que Magalhães Gomes seja uma das figuras máximas da Medicina brasileira.

O que me causa profunda dor no coração é ver o Professor Magalhães Gomes, homem de cultura que dá motivos de encantamento para todos os seus alunos e a todos que assistem suas conferências e suas aulas, possuidor de uma vitalidade enorme — apesar de seus 70 anos, está mais forte do que muitos homens de 40 e 50 anos — na exuberância de sua inteligência e dono de grande saúde, ser afastado de suas atividades por meio de aposentadoria, em face do dispositivo constitucional, art. 101, item II, E, na verdade, uma grande perda para todos nós.

Na verdade, a enfermaria lá continua, o serviço continua. O Professor, por certo, vai continuar chefiando aquele serviço, vai derramar, ainda,

as luzes da sua inteligência e da sua cultura durante muito tempo, mas vai ser afastado da cátedra. Então, Sr. Presidente, um dos motivos da minha presença, nesta tribuna, não é somente me associar, mais uma vez, a todas as homenagens tão justas ao Professor Magalhães Gomes, mas também ponderar que esse dispositivo causa, em certos casos, prejuízos enormes à cultura brasileira e a determinados serviços.

Ora bem. É verdade que neste momento nem se pode falar em mexer na Constituição; todos têm medo, muitos o desejam mas há receio de se tocar na Constituição. Entretanto, aí está um artigo que precisa ser reexaminado, porque um professor com aquela cultura, com aquela vitalidade ser retirado do serviço ativo causa, realmente, grande transtorno, solução de continuidade nas faculdades, às quais um professor dessa natureza, dessa estirpe vem prestando o melhor de seus esforços.

Com essas considerações, Sr. Presidente, reafirmo o meu entusiasmo, a minha solidariedade ao Professor Magalhães Gomes que marcou e continua marcando, com sua inteligência e cultura, uma presença efetiva não só nas faculdades, não só no meio da classe médica mas em toda parte, até fora do País, onde Magalhães Gomes tem levado também a sua mensagem, mensagem que bem caracteriza a inteligência e a grandeza do coração do homem brasileiro. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nos termos de deliberação do Plenário, o tempo destinado aos oradores do expediente da Sessão de amanhã será dedicado a reverenciar a memória do ex-Senador Monsenhor Walfredo Gurgel.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a realizar-se hoje, às 21 horas, destinada à apreciação de partes do Projeto de Lei n.º 13, de 1971 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1972.

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a presente Sessão, designando para a Ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 224, de 1971, de autoria do Sr. Senador Lenoir Vargas, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Deputado Rafael Faraco, na solenidade em que foi denominado "Nereu Ramos" o

auditório da Câmara dos Deputados, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob número 496, de 1971.

— da Comissão Diretora.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1971 (n.º 340-B/71, na Câmara), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o Ensino no Exército, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob números 527 e 528, de 1971, das Comissões

— de Segurança Nacional; e
— de Educação e Cultura.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 71, de 1971 (n.º 358-B/71, na Câmara), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a redação dos arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 1.015, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a responsabilidade da União no pagamento do pessoal transferido para o Estado da Guanabara ou neste reincluído, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob números 529 e 530, de 1971, das Comissões:

— de Segurança Nacional; e
— de Finanças.

4

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 14, de 1970, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que proíbe a referência à filiação ilegítima nos registros civis das pessoas naturais, tendo

PARECER, sob n.º 421, de 1971, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, favorável nos termos do substitutivo que apresenta.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 55 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FERNANDO CORRÊA, NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 1971, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Corrêa.

O SR. FERNANDO CORRÊA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de pronunciar as palavras escritas que eu trouxe sobre o problema da carne, sobretudo no Brasil Central, não posso deixar de me pronunciar a respeito do decreto presidencial ontem dado a conhecimento público através das emissoras de televisão.

Nós de Mato Grosso e de Goiás assistimos às medidas tomadas pelo

Governo Federal visando a promoção do desenvolvimento, da ajuda substancial a diversas regiões do País. Mas nós confiávamos e tínhamos certeza de que o eminente Presidente Médici haveria de tomar, como tomou, medida de real valor para o desenvolvimento do nosso querido Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal.

Quando no orçamento do DNER víamos 123 projetos de construção de estradas, mais de 4 mil quilômetros de asfaltamento e o nosso Mato Grosso apenas com 61 quilômetros, nós ainda confiávamos na ação do eminente Presidente Médici. Esta confiança foi ontem confirmada pela criação do PRODOESTE — Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, visando ao desenvolvimento de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal e que vai polarizar toda a riqueza que brota pujante do Centro-Oeste brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como primeiro representante desta Região a falar, porque já estava inscrito para ocupar esta tribuna, quero agradecer ao Presidente Médici esta medida de real interesse para o desenvolvimento de uma zona com todas as características de grande produção.

O decreto de ontem vai ser como o baixado por D. João VI em 1808 sob a inspiração do Visconde de Cairu, quando abriu os portos do Brasil para o comércio exterior. Esse Decreto vai ser para a nossa zona, para Goiás e Mato Grosso, a abertura de nossas fronteiras econômicas para integração de nossos territórios ao comércio e desenvolvimento de todo o Brasil.

(Lendo.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há dúvida de que todos os que se interessam pela Coisa Pública Brasileira podem observar, com justificada euforia que, ano após ano, a partir de 1964, os Governos da Revolução vêm dando cada vez maior ênfase à chamada "ampliação da fronteira econômica" com vistas a se tirar o melhor partido possível daquilo que, durante decênios, foi considerado um pesado ônus para o Governo Central: "a nossa dimensão continental".

Para mim, especificamente, representante de um Estado de grande extensão territorial, que assistia decepcionado, das quatro estradas de ferro que chegavam às barrancas do rio Paraná, apenas uma atravessar a grande caudal, penetrando no seu território mato-grossense, que só agora vê chegar os benefícios de uma Cuiabá—Santarém, de um corredor de transportes, de um planejamento eficaz do aproveitamento da sua enorme bacia fluvial; que já assiste — embora em pequena proporção, chegar a Campo Grande — nosso maior centro econômico — o asfalto que nos liga a São Paulo e que vê equacionado outras estradas asfaltadas a serem pavimentadas no nosso território; que vê a construção ciclópica da Usina de

Urubupungá — Ilha Solteira com seus quatro milhões e meio de KWA, cuja energia elétrica já é levada até Campo Grande, Dourados e Zonas adjacentes, sinto com júbilo cívico, que estamos despertando para, no concerto dos demais estados brasileiros, tomar-mos parte na grande arrancada para o progresso imprevisível da nossa Pátria.

Chegado recentemente do exterior, onde estive em contacto com representantes da agropecuária da América, voltei absolutamente certo que o Brasil trilha caminho seguro, usufruindo como nunca em sua história gozou, conceito e crédito ilimitados. Isto, Senhores Senadores, graças a vários fatores; mais preponderantemente à sua "agressividade" nas exportações. O Brasil passa a ser conhecido não mais como uma república subdesenvolvida, mas como um competidor internacional, respeitado de igual para igual, como uma Nação desenvolvida, possuidora de know-how, principalmente como cumpridora de seus contratos em qualidade e prazos preestabelecidos, passando, portanto, a ser uma Nação vendedora no elenco de outros Países. Mas, para que isso tenha continuidade, é preciso que os produtores recebam mais estímulos creditícios dos órgãos competentes, tanto na esfera particular, como — principalmente — na esfera estatal. É preciso que a engrenagem para a obtenção deste crédito seja mais acelerada e mais desvelada. Que os produtores possam ver caminhar, sem maiores delongas, suas pretensões creditícias pois a protelação no deferimento dos projetos equacionados, traz prejuízo incalculável à execução do programa apresentado, uma vez que estes são examinados obrigatoriamente por órgãos especializados e depois pela entidade normativa competente.

Num País no qual o processo de inflação, embora contido pela Revolução, ainda é de cerca de 20% ao ano, qualquer projeto que sofra um atraso na sua execução, terá, naturalmente, uma deflagração no seu custo. Daí a necessidade de dar aos produtores, recursos maiores e sobretudo mais rápidos, pois precisamos produzir mais e melhor. Só assim poderemos cumprir a palavra de ordem: "exportar mais e melhor".

Saimos na pauta de exportação, nos produtos agropecuários, de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, em 1963, para mais de dois bilhões e meio de dólares, em 1970, e temos, como grande meta, a chegada em 1973, a cifra de três bilhões e meio de dólares, num aumento de 235% em apenas um decênio.

Aqui é que se preme a ideia de ampliação da "fronteira econômica", com a de "exportação". O Brasil, deixando de ter na sua balança comercial de exportação a predominância do café, abriu perspectiva de uma ampla diversificação em sua pauta, procurando produzir tudo que o mun-

do necessita, do que tem urgência e, dentro dessa "fome" mundial de produtos brasileiros, me ocuparei hoje de um dos seus principais itens — a proteína de origem animal, — sem contudo deixar esquecido que teremos para continuar nosso desenvolvimento econômico, de crescer de 12 a 14% ao ano nos nossos produtos de origem agropecuária.

Para dar uma mostra de nossa potencialidade nos produtos agropecuários, permitam-me transcrever parte do discurso do Dr. Nestor Jost, ilustre Presidente do Banco do Brasil, por ocasião do último Congresso de Bancos, que teve lugar nesta Capital.

"A perspectiva segura do comércio exterior nos conduz, ainda neste lustro, a exportar cerca de cinco bilhões de dólares, sem me prender à Futurologia, de que, como faz o ilustre Ministro da Fazenda, também fujo, podem ser estimados mais ou menos na seguinte proporção:

Produtos agropecuários ... 2 bilhões e quatrocentos milhões de dólares.

Minerais novecentos milhões de dólares.

Manufaturados um bilhão e quinhentos milhões de dólares.

Outros quatrocentos milhões de dólares."

Como vêem os senhores Senadores, o próprio Presidente do nosso maior estabelecimento de crédito, com a massa de informações que manipula, podendo — portanto — fazer previsões para o nosso futuro a curto, médio e longo prazo, vem de público afirmar que os produtos agropecuários ocuparão em valor, quase 50% de nossas exportações. E, dentre estes um há de se destacar pelo crescimento que vem mostrando nos últimos três anos e com perspectiva de uma aceleração ainda maior nas nossas exportações — carne, quer congelada, quer enlatada.

Lembramos, porém, que os pecuaristas se sentem desestimulados pela contenção de preços do seu produto. Estamos neste ano todos no Brasil central com o preço da arroba de carne, girando em torno de Cr\$ 42,00, elevando-se na entre-safra a um máximo de Cr\$ 45,00.

Em toda nossa rede bancária, existem recursos de financiamento somente ao criador, embora com as dificuldades já citadas para sua obtenção. Afirmamos, no entanto, que a atividade pecuária não consiste somente no criatório. Ela, além da cria, se desdobra em recria e engorda. Embora todas estas atividades sejam reconhecidas teoricamente pelos agentes financeiros, na prática, as duas últimas atividades — a recria e a engorda não recebem financiamento, quer da rede bancária particular, quer da oficial. Aí a grande distorção.

Fazendeiros pecuaristas existem, que depois de grandes sacrifícios transformaram matas, cerrados e campos naturais em magníficas pastagens, cobertas das melhores gramíneas e mesmo leguminosas, que estão despojavadas, com capacidade ociosa inexplicável, por falta de financiamento.

Tais fazendeiros aprimoraram suas propriedades, investiram na melhoria das suas pastagens, para isso se descapitalizando no que chamaremos "capital-giro-boi". Deveremos assistilos para evitarmos esta distorção, pois a opção é uma só: ou melhoraram as suas pastagens para melhor e maior aproveitamento de seus campos, ou continuam a marcar passo para sua exploração rotineira, quase numa indústria extrativa, marginalizados industrialmente.

O Sr. Benedito Ferreira — Concedeme V. Ex.^a um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Fernando Corrêa, sem dúvida a preocupação de V. Ex.^a é legítima. No entanto, me permitiria lembrar que parece mal colocado um aspecto: a agropecuária, principalmente a pecuária, vem exigindo do Poder Executivo, do Governo, apoio mais objetivo. Concordaria com o nobre colega no que diz respeito aos custos do dinheiro, à burocracia, às dificuldades, à demora. V. Ex.^a comentou — e esta, minha observação — que há falta de financiamento para a recria e engorda. Lembraria, para fazer justiça, que não têm faltado financiamentos, vez que o CONDEPE vem colocando dinheiro à disposição dos interessados e — permita-me dizê-lo — muito dinheiro.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Já realizou V. Ex.^a contrato com o CONDEPE, como eu?

O Sr. Benedito Ferreira — Não; pessoas de minhas relações já realizaram e, segundo estou informado, não há falta de dinheiro. Daí minha declaração. Pediria a V. Ex.^a, nobre Senador Fernando Corrêa, me esclarecesse, se é que estou mal informado.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Realmente, V. Ex.^a está mal informado.

O Sr. Benedito Ferreira — Então, V. Ex.^a vai-me prestar um grande favor.

O SR. FERNANDO CORRÊA — O CONDEPE, do qual sou mutuário, fornece capital maior para a melhoria das benfeitorias da fazenda. Daí o meu grande argumento: que adianta ao fazendeiro ter propriedade muito bonita, muito eficiente, lindos mangueiros e currais, belas cercas e nenhum gado para explorar?

Hoje o CONDEPE, realmente, melhorou; mais de 50% do crédito que fornece é para aquisição de matrizes e mesmo de gado e de cria. Antes o CONDEPE fornecia maior porcenta-

gem em dinheiro para instalações e beifeitorias da fazenda, do que para aquilo que chamamos, como eu disse, "capital-giro-boi".

O Sr. Benedito Ferreira — O que liberaria o capital próprio do pecuarista para que ele, antes de organizar uma infra-estrutura, o aplicasse como capital de giro na aquisição de gado.

O SR. FERNANDO CORREA — Depois de muita luta, o CONDEPE mudou a orientação, dando cerca de 50% do financiamento para o capital de giro e 50% para capital de melhoria da propriedade.

(Retoma a leitura.)

E quando o Ministro do Planejamento, da Agricultura, da Fazenda e o Presidente do Banco do Brasil, além de outros altos próceres da esfera executiva, lançam os seus olhares para a carne bovina, é porque têm a certeza no seu futuro econômico, pois são possuidores de dados do presente e do passado recentíssimo. Basta dizer que das dezessete mil toneladas de 1967, nossas exportações subiram em 1970, para 115.000 toneladas, num valor superior a 80 milhões de dólares; em 1971 ultrapassaremos, na certa, a barreira dos 100 milhões de dólares. Beneficia-se, porém, com os preços da exportação, apenas o exportador, pois, para o pecuarista, para aquele que labuta no campo, o preço é contido, não se beneficiando, portanto, da pujança desta atividade. Tal contenção de preço no mercado interno é para que não fuja o preço da carne ao poder aquisitivo do nosso povo, conforme alegam as autoridades no assunto.

O Brasil está crescendo, aproveitando seus espaços vazios no centro-oeste. O Governo estará investindo em terra fértil, à medida que incentivar a produção da carne e produtos agrícolas, com possibilidades de exportação, tais como o milho, soja, sorgo, amendoim; mas, para que alcancemos uma produtividade elevada por unidade/área, dando, portanto, um rendimento econômico para o agricultor, é preciso dar ao produtor uma melhor assistência tecnológica. Vamos citar, a título de esclarecimento, o caso do milho. É o Brasil, como todos sabem, o segundo maior produtor deste fabuloso cereal, no mundo. O primeiro produtor é a América do Norte, com 105 milhões de toneladas, produzindo 3.500 kg por hectare. O Brasil é o segundo produtor, com 11 milhões e 500 mil toneladas, ou seja, 10% da produção americana. É, no entanto, o 17.º em rentabilidade de área, com apenas 1.300 kg por hectare. Isto porque falta tecnologia e amparo financeiro ao produtor. Temos tudo para ver nossa produção aumentada: clima e solo; falta-nos, tão-somente, técnica. Quando esta se faz presente, a produção cresce, correspondendo aos benefícios que trazemos à plantação,

rivalizando com os índices mais elevados das estatísticas mundiais.

Somente assim, amparado técnica e financeiramente, o agricultor e pecuarista contribuirá com a sua faina para a verdadeira integração nacional, produzindo dólares preciosos para nossa balança de pagamentos; é mão-de-obra ocupada; é a fixação do homem à terra, diminuindo a pressão populacional sobre os grandes centros. Devemos tirar partido dos privilégios com que a natureza nos beneficiou, pois, países que até o ano passado precederam o Brasil em termos de receita cambial em dólares, provenientes da exportação de produtos agropecuários, principalmente a carne, como a Argentina, Nova Zelândia, Austrália, Irlanda, Países Baixos, França e Uruguai, estão vendo cada ano que passa sua produção se limitar, por vários fatores internos, inclusive por falta de espaço para aumento de sua lavoura e de seus rebanhos. Exatamente o oposto a nós. Precisamos aumentar nossas "fronteiras econômicas". Isto, entretanto, como já afirmei anteriormente, só será possível com o apoio efetivo, rápido e fácil atendimento aos produtores. Se, por um lado, estes se vêem envolvidos pelas limitações citadas, o mercado consumidor é francamente expansionista, havendo cada ano gente neste mundo clamando por alimentos, principalmente proteínas. O nosso mercado é francamente vendedor e no mundo não há proteína que substitua a da carne, pois ela contém, o que outras proteínas não possuem. Tomemos por exemplo a soja, a mais rica das proteínas oleaginosas, que não possui, no entanto, a hemoglobina. No meu pronunciamento anterior neste recinto, eu disse que foi um filho do sábio Oswaldo Cruz, Walter, que estudou e mostrou que o ferro da hemoglobina era o responsável pela sobrevivência de milhões e milhões de brasileiros, minados pela anemia da verminose, que assola quase todo o interior brasileiro. Pois, o ferro da carne, mantém a taxa de hemoglobina do sangue, numa proporção que permite a sobrevivência.

Assim, o investimento dos órgãos responsáveis oficiais à nossa pecuária, além dos benefícios que traz à nossa população, que cresce num dos maiores índices do mundo, deve ter por escopo, também, o aspecto comercial, pois em seu último relatório a "Food and Agricultural Organization" — FAO, em seu plano indicativo mundial, estima que, em 1985, as necessidades mundiais de importação deste produto superarão as disponibilidades mundiais de exportação". E a própria FAO diz que nesta época o Brasil terá déficit de carne.

Nós estamos, realmente, cuidando deste assunto de vital importância. A respeito, vale ressaltar aqui o Rela-

tório do Banco Central do Brasil, dando a conhecer nossa exportação nos primeiros meses deste ano:

CARNE BOVINA: As exportações de carne bovina resfriada e congelada aumentaram em 26,7% no volume e de 87% em valor, com a colocação no mercado externo de 98 mil e 300 toneladas.

O aumento da cotação internacional do produto, ocorrido em face da insuficiência de oferta da carne no mercado mundial, foi um dos grandes responsáveis pelos favoráveis resultados obtidos. As vendas externas do Rio Grande do Sul, tradicionalmente a principal região exportadora do País, por sua safra coincidir com a entressafra dos principais países consumidores europeus, perdeu no ano passado, sua liderança para as exportações da região central. Esse fato é explicado não somente pela redução do excedente exportável sulino, como também, pelo sensível acréscimo do abate para a exportação na região central."

Mas, essa melhoria da nossa exportação tem de ser cada vez mais incrementada, dando à região central do Brasil maior atenção, maior rapidez no atendimento das necessidades dos produtores, porque, tenho certeza — a resposta será também cada vez maior e pronta. O que ainda está por fazer naquela região é fabuloso.

É importante acrescentar que a exportação dos subprodutos bovinos geram outros valores que vale a pena observar. Assim é que, para a estabilização do couro e pele no biênio 69/70, houve em contrapartida um acréscimo de 347% no volume das exportações de calçados. Isto, além de representar mais dólares, foi causador da criação de milhares de novos empregos, foi mão-de-obra especializada que encontrou colocação, foram impostos gerados nas áreas municipais, estaduais e federais, foi, enfim, um rosário de benefícios em favor de todo o País. Para que as nossas exportações de carne, porém, continuem em ritmo ascendente, é preciso: primeiro: estabelecimento de um programa articulado de ocupar pela colonização, os espaços vazios com condições ecológicas favoráveis, a exemplo das grandes áreas nos Estados de Mato Grosso e Goiás e as cabeceiras altas do Vale Amazônico;

(Interrompe a leitura.)

Aliás, Sr. Presidente, congratulome comigo mesmo porque esta fraca fala...

O Sr. Ruy Santos — Não apoiado.

O SR. FERNANDO CORREA — ... foi escrita antes do decreto do Sr. Presidente da República. De certa maneira, estava eu antecipando o

que S. Ex.^a, com alto espírito patriótico, disse ao Brasil.

(Retomando a leitura.)

Segundo: ocupação dos "cerrados", pois 2 milhões e meio de quilômetros quadrados do Planalto Central e meio norte estão à espera do aproveitamento racional de seu cerrado, que se presta perfeitamente à criação; **terceiro:** consolidação da promoção de exportações, que já permitiu a Revolução quebrar recordes. É necessário firmar mentalidade de investir para exportar, deixando-se de considerar a exportação como atividade subsidiária, pois só assim conseguiremos transformar o Brasil num dos maiores, senão o maior exportador de produtos agropecuários; **quarto:** controle sanitário eficaz, evitando-se, assim, que se repitam restrições, como fez a Inglaterra, um dos nossos maiores compradores de carne, a qual, temerosa da febre aftosa dos rebanhos sul-americanos, suspendeu suas importações de carne brasileira com osso, a partir de primeiro de outubro de 1969. Neste setor, a orientação aos abatedores dada pelo Ministério da Agricultura é de fundamental importância, a fim de que as exigências sanitárias dos países importadores sejam atendidas em sua totalidade.

Ressalto aqui, uma falha de nossa infra-estrutura nesse setor. Faz-se a campanha de combate à febre aftosa. Ela é bem planejada, bem conduzida, objetiva, porém os órgãos oficiais, os laboratórios particulares, não estão à altura de atender ao fornecimento da vacina, cujo consumo aumentou bastante com a campanha bem feita contra esta epizootia. **Quinto: financiamento** pelos bancos oficiais, a juros baixos, e, num prazo longo. Para exemplificar, no decorrer do ano de 1970, o Banco do Brasil destinou um bilhão e 647 milhões à pecuária, representando 10,7% do total destinado ao setor privado. Desta quantia, 756 milhões e 300 mil, destinaram-se especificamente à bovinocultura. A quantia não deixa de ser expressiva mas, em face dos resultados da exportação do setor e das projeções futuras, é de se pensar que o Banco oficial venha a aumentar sua participação no incremento à criação, o mesmo fazendo os Bancos estatais e particulares. Vale aqui ressaltar a participação do Banco do Estado de São Paulo que, ultrapassando as fronteiras do seu Estado, vem investindo com acerto na pecuária matogrossense e nos Estados em que mantém suas Agências. **Sexto:** a participação efetiva dos frigoríficos, pois a exportação de carne enlatada, no ano de 1967, que nos deu 5 milhões e 600 mil dólares, passou no ano de 1969 para 12 milhões e oitocentos mil dólares, podendo atingir em 1971, a mais de 15 milhões de dólares.

O Sr. Saldanha Derzi — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA — Pois não.

O Sr. Saldanha Derzi — Eminentíssimo Senador Fernando Corrêa, estamos ouvindo, com atenção, o brilhante discurso de V. Ex.^a, pecuarista, homem da zona rural que tem, portanto, autoridade bastante para falar, nesta Casa, sobre problemas da agropecuária, especialmente sobre o gado de corte, a carne e seus derivados. Este é momentoso problema que está a preocupar os pecuaristas do Brasil Central. Ocorre uma distorção, por parte de determinados setores do Governo que, sem um tabelamento oficial, mas por diversas formas, obriga manutenção de preço baixo para a carne, em torno de 42 a 45 cruzeiros por arroba, como bem disse V. Ex.^a. Ora, há uma distorção no assunto, porque o boi magro, nas fontes produtoras, está bem mais alto do que 42 a 45 cruzeiros por arroba do boi gordo, nos centros de consumo, ou melhor, em São Paulo. Assim, sobrevêm desestímulo aos invernistas. *Ipsa facto* tal situação deverá repercutir no interior, quanto à compra do boi magro. Este terá que baixar de preço. O Governo não está olhando com a preocupação devida, conforme tem ocorrido em relação a outros setores, para o caso da carne. É preciso que ele, realmente, libere o livre comércio ao preço da carne. Não entendemos mais economia dirigida ou tolhida na sua amplitude de comercialização. Devemos deixar que a carne vá para a paridade internacional. Sabemos que, se o seu preço internamente, subir acima do mercado internacional, não teremos oportunidade de exportação. Congratulo-me, pois, com V. Ex.^a pelas brilhantes palavras. Outro fator que está prejudicando grandemente o comércio da carne é a sonegação. Indiscutivelmente, há grande sonegação no preço da carne e do boi gordo, por parte dos frigoríficos e dos comerciantes da carne, o que vem em prejuízo dos pecuaristas. Quanto aos juros, como disse V. Ex.^a, ainda ontem, tive oportunidade de ouvir do Governador José Frageli e do eminente Presidente ao Banco do Brasil, Dr. Nestor Jost, que os juros já foram reduzidos, porque, antes de 1964, eram eles, realmente, bem extorsivos. Já houve, assim, certa melhoria. Dizem S. Exas. que há um programa de redução ainda maior, para o próximo ano, dos juros para os agricultores e pecuaristas, sem que isto venha a diminuir os lucros e os resultados do próprio Banco do Brasil. Através da modernização e da mecanização, eles conseguirão, realmente, reduzir os juros para os produtos agropecuários. No brilhante pronunciamento do Presidente da República, ontem, criando o PRO-DOESTE, S. Ex.^a deixa entrever a sua intenção de baixar os juros, determinando prioridade para a construção dos armazéns, silos, frigoríficos e máquinas de beneficiamento, a juros de três por cento. Tal medida, sem dúvi-

da, trará grandes benefícios para a região agropecuária. Congratulo-me, portanto, com o pronunciamento de V. Ex.^a

O SR. FERNANDO CORRÊA — Nobre Senador Saldanha Derzi, como V. Ex.^a verá adiante, tenho outra idéia com respeito ao consumo interno da carne em nosso País.

(Retomando a leitura.)

Sétimo: adaptação e condicionamento de técnicas próprias a cada região, pois não se pode conceber uma estrutura pastoril igual para o Pantanal, o cerrado, para estabulação ou pasto formado em terreno de mata. É mister que o Conselho de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE — reveja os seus planos, os atualize, levando em consideração as peculiaridades de cada microrregião. O nosso País, como todos sabem e proclamam, tem dimensões continentais. Dentro do nosso próprio Mato Grosso, as condições são as mais diferentes possíveis. Por aí imaginemos a do restante do País. Só na grande bacia pantaneira, que tem como espinha dorsal o Rio Paraguai, o criame é completamente diferente ao do grande planalto da serra de Maracaju, onde fica a portentosa pastagem da vacaria. A engorda da região norte, nas cabeceiras altas da Amazônia, diferem da exercida no sul do Estado, as invernações paulistas para engorda diferem completamente das pastagens plantadas no triângulo mineiro e este difere das de Goiás.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o atendimento creditício e a técnica pecuária têm de ser exercidas de acordo com as condições ecológicas de cada região. A técnica, a economia, não podem ser rigidamente regulamentadas para todo o território nacional, sem se considerar e levar em conta as diferenciações que a nossa vastidão territorial nos proporciona e obriga.

Para demonstrar como estamos atrasados na nossa produção pecuária e na exportação de carne, vamos citar os exemplos da Argentina, Uruguai e Brasil, que são os únicos exportadores do produto na América Latina. A Argentina, em 1970, teve a cifra de sua exportação de carne bovina traduzida em 907 mil, 427 toneladas; o Brasil, com 134 mil, 266 toneladas e o Uruguai, apesar de todos os seus problemas internos, exportou 121 mil, 610 toneladas. Fazendo uma comparação com o país amigo — Argentina — vamos verificar que a população é de apenas 24 milhões de habitantes e o seu rebanho é de 43 milhões de cabeças. O Brasil, com a população de 95 milhões de habitantes, conforme estimativa do último censo realizado, tem o seu rebanho estimado em 90 milhões de cabeças e exportou apenas a oitava parte da Argentina e quase a mesma quantidade que o Uruguai, que conta com menos de

3 milhões de habitantes e que possui uma superfície semelhante à do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

O desfrute do rebanho argentino gira em torno de 25%, o que, comparado com o nosso, é de estarrecer, pois este não ultrapassa os 10%. Ai é que se encontra o mais grave problema a sufocar a melhoria de nossa exportação, a qual, bem assistida técnica e financeiramente, nos dará os resultados mais auspiciosos.

Os fatores responsáveis por esta lamentável situação são:

1.º falta de uma assistência tecnológica mais avançada ministrada por maior número de técnicos melhor remunerados, os quais, com maior estímulo, venham dar assistência mais efetiva ao homem do campo, tirando-o daqueles métodos de exploração primitiva, de baixa rentabilidade que vêm sendo empregados desde os tempos coloniais.

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Nobre Senador Fernando Corrêa, já disse o nosso companheiro Saldanha Derzi da sua idoneidade para falar sobre este assunto. Realmente, V. Ex.^a está trazendo ao conhecimento da Casa o que se está passando na pecuária. Todos nós, que vivemos nesta atividade, sabemos que o problema da CODEPE só foi resolvido, no Governo atual, depois de grandes esforços do Ministro Cirne Lima, porquanto o País estava pagando juros sem utilizar os financiamentos desse órgão, uma vez que eram proibitivos os juros que tais empréstimos trariam para o pecuarista. A respeito da situação da nossa pecuária, estou de pleno acordo com a afirmação de V. Ex.^a de que está faltando uma nova estrutura. Todos sabemos que o Banco do Brasil, dentro da sua estrutura, está dando crédito tanto ao Nordeste como ao Norte, ao Centro-Sul, a todas as Regiões do País. Mas o que acontece, meu caro Senador Fernando Corrêa, é que, quando chegamos à época efetiva de fazer o dinheiro para pagar os nossos compromissos bancários, V. Ex.^a e outros companheiros já tiveram oportunidade de procurar o Ex.^{mo} Sr. Ministro Delfim Netto e pedir que não publicasse qualquer restrição de tabelamento, porque iria agravar o problema no futuro. E V. Ex.^a, repito, e outros companheiros, são testemunhas de acordos de cavalheiros, em que produtores de seus Estados e de outros Estados do Brasil acertaram com o Sr. Ministro um preço de palavra. Isso realmente veio retardar e dificultar a solução, porque, se o produtor vende um animal, não tem condições de, com a mesma importância, adquirir outro para repor, para fazer, vamos dizer, a sua máquina de produzir bezerros a fim de aumentar a produção. Estou de pleno acordo quando V. Ex.^a afirma que precisamos é de orientação

técnica, pois, crédito nós temos muito hoje. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Muito mais difícil porque o meu empréstimo pecuário, no Banco do Brasil, demorou 80 dias. E sou inutuírio de uma das maiores emprêsas de crédito do País, que tem prestado relevantes serviços, possuindo uma equipe de homens da primeira ordem na sua direção.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA — Pois não!

O Sr. Vasconcelos Torres — Esse é um assunto de importância econômica indiscutível, e V. Ex.^a versa a matéria com grande conhecimento de causa. Acho que já terá chegado a hora de criarmos assim uma espécie de empresa PROBOI, porque, felizmente, já temos o PROTERRA, já temos, em outros setores, estímulos governamentais no que tange a crédito e incentivos, mas a pecuária parece que sofre de certa má vontade por parte de um grupo não identificado no País. Alguns dizem que o boi cria à toa, que não necessita de amparo governamental...

O SR. FERNANDO CORRÊA — Permite V. Ex.^a uma interrupção?

O Sr. Vasconcelos Torres — Com prazer.

O SR. FERNANDO CORRÊA — É aquela lenda que diz que o boi cria o fazendeiro.

O Sr. Saldanha Derzi — O que não é verdade!

O SR. FERNANDO CORRÊA — O que não é verdade, porque o boi, em alguns lugares, aniquila o fazendeiro.

O Sr. Vasconcelos Torres — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) (Fazendo soar as campainhas) — Lembro ao nobre Orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Estou na última página, Sr. Presidente.

O Sr. Vasconcelos Torres — Só quero concluir, com uma pílula sintética, para congratular-me com V. Ex.^a e apelar no sentido de que a parte de pecuária tenha maior ênfase no Ministério da Agricultura. Elogio esse jovem capaz, fabuloso, idealista, extraordinário, que é o Ministro Cirne Lima.

O Sr. Saldanha Derzi — Grande Ministro!

O Sr. Vasconcelos Torres — Esse homem merece o nosso respeito.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Perfeitamente!

O Sr. Vasconcelos Torres — Inclusive, foi vítima, recentemente, de estafa ao procurar resolver o assunto. No seu Estado, por exemplo, talvez o maior produtor de bovinos, a pecuária leiteira está inteiramente abandonada,

o que é um absurdo, caro Senador Fernando Corrêa — o Rio Grande do Sul importa leite em pó. Há outra coisa, também: a assistência veterinária aos pecuaristas.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Acabou de citar aqui.

O Sr. Vasconcelos Torres — Estou justamente sublinhando esse fabuloso e oportuno discurso de V. Ex.^a E se temos um mercado externo a conquistar, devemos ter autoridade moral no mercado interno. Portanto, a assistência veterinária é indispensável. Há lugares, principalmente onde o consumo de carne é obrigatório — e V. Ex.^a sabe melhor do que eu que o brasileiro é essencialmente carnívoro, ainda rejeita o peixe, os vegetais e não passa sem carne — em que o boi é abatido sem as mínimas condições de higiene, sendo assim um transmissor de moléstias graves no País. O Presidente Ruy Carneiro já o advertiu e não quero ir além. Este é um assunto sedutor. Agora que o nosso eminente Presidente da República está realizando a Transamazônica, dando atenção especial a essa Região abandonada e que há de se constituir, no futuro, celeiro de fornecimento de carne a todo mundo, entendo que devemos lembrar o mea culpa — o que V. Ex.^a, de certo modo, já fez. E não quero prolongar mais este aparte senão para acrescentar que temas como este enaltecem o Senado. Evidentemente, a pecuária, tanto a de corte quanto a leiteira, devem ter o seu lugar no Brasil. Mas, infelizmente, estamos numa fase de empirismo e ainda nada se fez de positivo em relação a essas duas atividades.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Grato a V. Ex.^a (Retomando a leitura.) — Exploração extensiva em que se mede a capacidade do criador pelo tamanho de área que ocupa e é proprietário, não pela sua boa produção, com o melhor aproveitamento de sua área, melhor índice de desfrute, melhor qualidade do seu rebanho e, sobretudo, melhor precocidade na sua utilização. É inacreditável que toca mais a determinados pecuaristas abater um boi de 6/7 anos, com 17/18 arrôbas, que o outro de 3/4 anos, com 15 arrôbas. Fato absolutamente antieconômico, mas que fala fundo à validade de determinado fazendeiro.

O segundo problema é a falta e dificuldade na obtenção do crédito ainda com a pesada taxa de 18% ao ano e com prazo muito exiguo. As exigências para a obtenção do financiamento deverão ser todas no sentido de que ele seja aplicado na exploração pecuária em bases de real tecnologia, efetivas garantias, mas satisfeitas essas justas exigências, que fôsse rapidamente, sem maiores problemas, obtido, sem delongas.

No Brasil, o produtor rural muitas vezes demora mais tratando de obter

crédito para suas atividades, o dinheiro tão necessário para melhorar a sua produtividade do que tratando da sua própria faina. Pior que isso, muitas vezes se vê na triste contingência de sacrificar as suas matrizes para atender compromissos assumidos na certeza de obter o dinheiro necessário. E isso constitui o aspecto mais angustiante do problema.

O Sr. Saldanha Derzi — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA — Pois não.

O Sr. Saldanha Derzi — A responsabilidade pela demora no fornecimento dos créditos, na maioria das vezes — 99,9% — cabe às agências locais do Banco do Brasil. Sou testemunha de que, nas Diretorias do Banco do Brasil os processos não levam mais de três a quatro dias. Os gerentes, os encarregados da CREAL das agências do Banco do Brasil é que levam 60 e 90 dias com o processo para encaminhá-los à Direção Geral. Chegados, entretanto, à Direção Geral, os processos têm levado de 3 a 4 dias, no máximo. Realmente é de entusiasmar o trabalho e a dedicação dos Diretores do Banco do Brasil.

O SR. FERNANDO CORRÊA — De pleno acórdio.

O Sr. Vasconcellos Torres — Mas os gerentes têm de cercar os processos de garantias. Eu, como advogado do Banco do Brasil sinto-me na obrigação de dizer o seguinte: não cabe a culpa absolutamente aos subalternos desse banco. São as garantias, a fiscalização e ainda um pouco de ranço burocrático que impede que eles cumpram o seu dever e procurem tocar o processo para a frente. Muitas vezes há insuficiência de funcionário.

O SR. FERNANDO CORRÊA

(Retoma a Leitura.)

Temos confiança plena na capacidade, na inteligência e no tirocinio do Ministro da Fazenda, o Ilustre Professor Delfim Netto, assim como o Dr. Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil, ambos rodeados de competentes assessores que encontrarão uma fórmula para que, não elevando de muito o preço da carne para o consumo interno, atendendo, assim, o baixo poder aquisitivo da nossa população, não desestimule o pecuarista a produzir cada vez mais e melhor. E com esta medida de atendimento ao consumo interno e de melhor participação do produtor na exportação do seu produto — aqui estou respondendo ao aparte de V. Ex.^a, nobre Sena-

dor Saldanha Derzi — ocupando êle, assim, o lugar que merece, pois atualmente só quem manda carne para o exterior tira o real proveito de nossa pecuária, isto à custa de manter o preço do mercado interno fora e abaixo da verdade internacional, tornando assim marginalizado o verdadeiro pecuarista que cria, cria e engorda o boi. Atualmente há o preço tabelado para o boi, do consumo interno. Nós, os pecuaristas — permitam-me que fale assim Srs. Senadores — vendemos o boi pelo preço do consumo interno e a sobra das 100.000 toneladas que se exportam. Vai todo o lucro unicamente para o exportador.

O que pretendo é justamente que o pecuarista, que o criador, o homem que vive lá nos campos, nos pantanais de Mato Grosso, nos campos de Vacaria, nas invernadas de Minas, de São Paulo...

O Sr. Vasconcelos Torres — Do Estado do Rio.

O SR. FERNANDO CORRÊA — ... de Goiás, tenham, por pequena que seja, participação na exportação da carne. O preço médio da carne na exportação brasileira, no ano de 1970, foi de 90.300.000 dólares, correspondendo a 96.246 toneladas de carne. Da carne industrializada exportamos 15.342 toneladas, no valor de 1.236 dólares por tonelada, ou seja, 1 dólar e 23 centavos por quilo, ou ainda, em dinheiro brasileiro, 6,80 por quilo, o que vem dar para a arroba o preço de Cr\$ 102,00, quando os frigoríficos, como disse acima, pagam apenas Cr\$ 42/45,00 ao produtor.

Voltamos ao caso da nossa vizinha, a Argentina, para afirmar que eles apenas abatem para o consumo interno, três vezes por semana e nos dias restantes não se consome carne. Note-se que o seu rebanho, em termos gerais, é o dobro de sua população... Essa medida, além de estimular o consumo de outras carnes, como as de aves e ovinos, cuja produção nos Estados do Sul, principalmente o Rio Grande, onde o carneiro é criado quase que exclusivamente para a produção de lã, sendo a sua carne, um subproduto.

A pesca seria mais uma vez favorecida com o aumento do consumo de seus produtos, além dos incentivos fiscais que já recebe. Enfim, teríamos um melhor aproveitamento de outros produtos proteicos que possuímos de alto teor alimentício. Mas, nós brasileiros, temos um paladar altamente exigente.

O Sr. Saldanha Derzi — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Realmente, o preço do peixe, do camarão, é exorbitante. O preço do frango e de outras animais de pequeno e médio porte é bem acima daquele da carne. Então, querem fazer demagogia ou alimentar em proteínas o povo brasileiro, à custa do preço da carne, à custa do pecuarista?

O SR. FERNANDO CORRÊA —

(Lendo:)

Somente apreciamos para o nosso consumo a carne de primeira e rara é a casa patriciana que não tem na sua mesa, no almoço e jantar, um prato de carne. Um suculento bife no almoço e a apetitosa carne assada, ao jantar. Para confirmar o que estou dizendo, basta citar que exportamos mais carne de segunda do que a de primeira, que é consumida no mercado interno.

Há, assim, grande distorção no consumo de carne no Brasil. Não podemos compreender como o preço de um quilo de carne de frango seja o mesmo que o de vaca, quando aquela vem para o mercado depois de apenas 60/70 dias e esta leva quatro a cinco anos para ser abatida, computando-se apenas com o animal depois de nascido.

São essas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as considerações que, trazendo ao vosso conhecimento, faço ao mesmo tempo um apelo aos dignos responsáveis pela política de produção da nossa terra, que conhecem profundamente o problema que é de real importância, para que possamos atingir, em breve espaço de tempo, a meta da nossa Balança de Exportação, um dos maiores objetivos do Governo da Revolução. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

GRUPO BRASILEIRO

Convocação

De ordem do Senhor Presidente. Senador Orlando Zancaner, fica convocada uma reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, de acórdio com a letra a, item II, do art. 6.º do Regimento Interno, para o dia 17 de novembro do corrente ano, quarta-feira, às 17 horas, na Sala do Grupo Brasileiro, 23.º andar do Anexo do Senado Federal.

Brasília, 10 de novembro de 1971. — Paulo José Maestrali, Secretário-Geral.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA 21.^a REUNIÃO (Extraordinária), REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1971

As dezesseis horas do dia nove de novembro de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Legislação Social, presentes os Srs. Senadores Heitor Dias — Vice-Presidente no exercício da Presidência, Benedito Ferreira, Wilson Campos, Orlando Zancaner e Paulo Tôrres, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Eurico Rezende, Franco Montoro e Domicio Gondim.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1971, que "dá nova redação ao § 1.º do art. 5.º da Lei n.º 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências", o Sr. Senador Benedito Ferreira oferece parecer pela aprovação. Após ter sido submetido à discussão e votação, o parecer é aprovado.

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 63, de 1971, que "define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências", o Sr. Senador Wilson Campos apresenta parecer favorável ao mesmo. Logo após, o parecer é submetido à discussão. Em votação, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

ATA DA 6.^a REUNIÃO (Extraordinária), REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1971

Aos nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e um, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Mattos Leão, Vice-Presidente, presentes os Srs. Senadores Flávio Brito, Amaral Peixoto, Vasconcelos Torres e Antônio Fernandes, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Senadores Paulo Guerra e Daniel Krieger.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, dada como aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente.

A seguir, da matéria constante da pauta, é relatado o seguinte projeto:

Pelo Senador Flávio Brito

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 63, de 1971, que "define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o Regime Jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências."

Colocado em votação, por unanimidade, a Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata,

que, uma vez lida e aprovada, será pelo Sr. Presidente assinada.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 90, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1971, que "dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo, e dá outras providências".

PRIMEIRA REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1971

Aos nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e um, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Geraldo Mesquita, Heitor Dias, Orlando Zancaner, Wilson Campos, Osires Teixeira, Helvidio Nunes, José Sarney, Milton Trindade e Nelson Carneiro e os Senhores Deputados Airon Rios, Alfeu Gasparini, Brasílio Caiado, Edison Bonna, João Guido, José Carlos Fonseca, Raimundo Diniz, Silvio Barros, Lisâneas Maciel e Aldo Fagundes, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 90, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1971, que "dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo, e dá outras providências".

Ausentes os Senhores Senador José Esteves e Deputado Lins e Silva.

Com base no parágrafo segundo do artigo dez do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Nelson Carneiro, que determina providências para a eleição do Presidente e Vice-Presidente, convidando o Senhor Deputado Alfeu Gasparini para escrutinador. Procedida a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Geraldo Mesquita	14 votos
Deputado Brasílio Caiado	6 votos

Para Vice-Presidente

Deputado Aldo Fagundes	15 votos
Deputado Silvio Barros	5 votos

O Senhor Presidente em exercício declara eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senador Geraldo Mesquita e Deputado Aldo Fagundes.

O Senhor Presidente, usando de suas atribuições, designa o Senhor Deputado Raimundo Diniz para relatar a matéria e acata a indicação do funcionário Walter Manoel Germano de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente lembra aos Senhores Congressistas que o parecer da Comissão deverá ser proferido, respeitando-se o artigo 110 do Regimento Comum.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e vai à publicação. — Senador Geraldo Mesquita, Presidente — SENADORES: Cattete Pinheiro — Heitor Dias — Orlando Zancaner — Wilson Campos — Osires Teixeira — Helvidio Nunes — Milton Trindade — José Sarney — Nelson Carneiro — DEPUTADOS: Airon Rios — Alfeu Gasparini — Brasílio Caiado — Edison Bonna — João Guido — José Carlos Fonseca — Raimundo Diniz — Silvio Barros — Lisâneas Maciel — Aldo Fagundes.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Geraldo Mesquita
 Vice-Presidente: Deputado Aldo Fagundes
 Relator: Deputado Raimundo Diniz

ARENA

Senadores	Deputados
1. Cattete Pinheiro	1. Airon Rios
2. Geraldo Mesquita	2. Alfeu Gasparini
3. José Esteves	3. Brasílio Caiado
4. Heitor Dias	4. Edison Bonna
5. Orlando Zancaner	5. João Guido
6. Wilson Campos	6. Lins e Silva
7. Osires Teixeira	7. José Carlos Fonseca
8. Helvídio Nunes	8. Raimundo Diniz
9. Milton Trindade	
10. José Sarney	

MDB

1. Nelson Carneiro	1. Sílvio Barros
	2. Lisâneas Maciel
	3. Aldo Fagundes

Calendário

Dia 8-11-71 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Dia 17-11-71 — Reunião para apreciar o parecer do Relator, às 15:30 h, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazo

Até dia 28-11-71, na Comissão Mista;

Até dia 25-4-72, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Telefone: 24-8105 — Ramais 313 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 27, de 1971 (CN), que "dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela Lei n.º 5.056, de 29 de junho de 1966, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo".

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1971

As dezessais horas do dia nove de novembro de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Cattete Pinheiro, Heitor Dias, Helvídio Nunes, Lenoir Vargas, Antônio Fernandes, Saldanha Derzi, Fernando Corrêa, Alexandre Costa e Amaral Peixoto e os Senhores Deputados Gastão Müller, Presidente, Prisco Viana, Henrique Fanstone e Sílvio de Abreu, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 27 (CN), de 1971.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Milton Cabral e os Senhores Deputados Edgard Pereira, Fernando Magalhães, José Carlos Leprevost, Lins e Silva, Raimundo Diniz, Aldo Fagundes e João Menezes.

A seguir, o Senhor Presidente declara que, havendo número regimental, estão abertos os trabalhos da Comissão e passa a palavra ao Senhor Senador Cattete Pinheiro que lê o seu parecer ao projeto, concluindo pela aprovação da matéria com uma emenda oferecida pelo Relator.

Finda a leitura, o Senhor Presidente coloca em discussão o projeto e o parecer. Não havendo quem queira discuti-los, o Senhor Presidente coloca-os em votação, que em seguida são aprovados por unanimidade dos membros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos da reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, vai à publicação.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Gastão Müller
 Vice-Presidente: Senador Amaral Peixoto
 Relator: Senador Cattete Pinheiro

ARENA

Senadores	Deputados
1. Benedito Ferreira	1. Prisco Viana
2. Cattete Pinheiro	2. Edgard Pereira
3. José Guiomard	3. Fernando Magalhães
4. Helvídio Nunes	4. Henrique Fanstone
5. Lenoir Vargas	5. José Carlos Leprevost
6. Antônio Fernandes	6. Lins e Silva
7. Milton Cabral	7. Raimundo Diniz
8. Saldanha Derzi	8. Gastão Müller
9. Fernando Corrêa	
10. Alexandre Costa	

MDB

1. Amaral Peixoto	1. Aldo Fagundes
	2. João Menezes
	3. Sílvio de Abreu

Calendário

Dia 25-10-71 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 26-10-71 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 27, 28, 29, 30 e 31-10; 1.º, 2 e 3-11-71 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 9-11-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Dia 14-11-71 — Apresentação do parecer pela Comissão.

— Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, a ser convocada tão logo seja publicado o parecer.

Prazo: Início, dia 26-10-71; e término, dia 3-4-72.

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Telefone: 24-8105 — Ramais 303 e 306.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 29, de 1971 (CN), que "dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências".

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1971

Aos nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Paulo Torres, Ruy Santos, Luiz Cavalcante, Virgílio Távora, Renato Franco, Flávio Brito, Fernando Corrêa, Milton Trindade, Mattos Leão, Lourival Baptista e Nelson Carneiro e os Srs. Deputados Hannequim Dantas, Henrique Turner, João Linhares, Sinyal Boaventura, Osneli Martinelli, Florim Coutinho, Parente Profa, Severo Eulálio e Amaury Müller, realiza a sua primeira reunião, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de

emitir parecer ao Projeto de Lei n.º 29, de 1971 (CN), que "dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências".

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Deputados Alberto Hoffmann e Djalma Bessa.

Em obediência ao que dispõe as Normas Regimentais, assume a Presidência o Sr. Senador Fernando Corrêa, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado João Linhares para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Deputado Henrique Turner 19 votos
Senador Lourival Baptista 1 voto

Para Vice-Presidente

Deputado Florim Coutinho 19 votos
Senador Nelson Carneiro 1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual, Senador Fernando Corrêa, proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Srs. Deputados Henrique Turner e Florim Coutinho, e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Henrique Turner agradece em seu nome e no do Sr. Deputado Florim Coutinho a honra com que foram distinguidos, e designa o Sr. Senador Ruy Santos para relatar o Projeto.

Ao final, o Sr. Presidente convoca os Srs. Congressistas, membros da Comissão, para uma reunião, a realizar-se na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, às 16:00 horas do dia 23 de novembro, quando o Sr. Senador Ruy Santos deverá apresentar o seu relatório.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Afrânio Cavalcanti Mello Jr., Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

AVISO

- 1 — A Comissão receberá emendas nos dias 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze), 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) de novembro de 1971.
- 2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11.º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 9:00 (nove) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver Sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
- 3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão:
Dia 17/11, às 19:00 horas.
- 4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;
- 5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas será aberto o prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas, constantes do § 2.º do artigo 11 do Regimento Comum, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 23 (vinte e três), de novembro, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 9 de novembro de 1971. — Deputado **Henrique Turner**, Presidente.

Local de Funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11.º andar do Anexo do Senado, Fone 24-8105 — Ramais 303 e 307 — Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Jr.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 29, de 1971 (CN), que "dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências".

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Henrique Turner

Vice-Presidente: Deputado Florim Coutinho

Relator: Senador Ruy Santos

ARENA

Senadores

1. Paulo Tórres
2. Ruy Santos
3. Luiz Cavalcanti
4. Virgílio Távora
5. Renato Franco
6. Flávio Brito
7. Fernando Corrêa
8. Milton Trindade
9. Mattos Leão
10. Lourival Baptista

Deputados

1. Alberto Hoffmann
2. Djalma Bessa
3. Hannequim Dantas
4. Henrique Turner
5. João Linhares
6. Osnelli Martinelli
7. Parente Frota
8. Sinval Boaventura

MDB

1. Nelson Carneiro

1. Florim Coutinho
2. Severo Eulálio
3. Amaury Müller

Calendário

Dia 9/11 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 9/11 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17/11 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 23/11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 29/11 — Apresentação do parecer, pela Comissão; Discussão do projeto, em Sessão Conjunta a ser convocada tão logo seja publicado o parecer;

Prazo: Início, dia 10-11-71; e, término dia 18-04-72.

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Telefone: 24-8105 — Ramais 303 e 307.

MESA

Presidente:
 Petrônio Portella (ARENA — PI)
 1º-Vice-Presidente:
 Carlos Lindenberg (ARENA — ES)
 2º-Vice-Presidente:
 Ruy Carneiro (MDB — PB)
 1º-Secretário:
 Ney Braga (ARENA — PR)
 2º-Secretário:
 Clodomir Milet (ARENA — MA)
 3º-Secretário:
 Glúido Mondin (ARENA — RS)

4º-Secretário:
 Duarte Filho (ARENA — RN)
 1º-Suplente:
 Renato Franco (ARENA — PA)
 2º-Suplente:
 Benjamin Farah (MDB — GB)
 3º-Suplente:
 Lenoir Vargas (ARENA — SC)
 4º-Suplente:
 Teotônio Vilela (ARENA — AL)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder:
 Filinto Müller (ARENA — MT)
 Vice-Líderes:
 Antônio Carlos (ARENA — SC)
 Benedito Ferreira (ARENA — GO)
 Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 Eurico Rezende (ARENA — ES)
 José Lindoso (ARENA — AM)
 Orlando Zancaner (ARENA — SP)
 Ruy Santos (ARENA — BA)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder:
 Nelson Carneiro (MDB — GB)
 Vice-Líderes:
 Danton Jobim (MDB — GB)
 Adalberto Sena (MDB — AC)

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
 Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
 Waldemar Alcântara
 Dinarte Mariz
 Wilson Campos
 José Esteves
 Benedito Ferreira

SUPLENTES

ARENA

Saldanha Derzi
 Osires Teixeira
 Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313

Reuniões: quintas-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini.

Local: 11º andar do Anexo

Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.

Local: Anexo — 11º andar.

Telefone: 24-1805 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
 Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
 Vasconcelos Torres
 Paulo Guerra
 Daniel Krleger
 Flávio Brito
 Mattos Leão

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra
 João Cleofas
 Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto Adalberto Sena

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krleger
 Vice-Presidente: Accloly Filho

TITULARES

Daniel Krleger
 Accloly Filho
 Milton Campos
 Wilson Gonçalves
 Gustavo Capanema
 José Lindoso
 José Sarney
 Emival Caiado
 Helvídio Nunes
 Antônio Carlos
 Eurico Rezende
 Heitor Dias

SUPLENTES

ARENA

Carvalho Pinto
 Orlando Zancaner
 Arnon de Mello
 João Calmon
 Mattos Leão
 Vasconcelos Torres

MDB

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Marla Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Catte Pinheiro
 Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
 Eurico Rezende
 Cattete Pinheiro
 Benedito Ferreira
 Osires Teixeira
 Fernando Corrêa
 Saldanha Derzi
 Heitor Dias
 Antônio Fernandes
 Emival Caiado

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tôrres
 Luiz Cavalcante
 Waldemar Alcântara
 José Lindoso
 Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

Magalhães Pinto
 Vasconcelos Torres
 Wilson Campos
 Jessé Freire
 Augusto Franco
 Orlando Zancaner
 Paulo Guerra
 Milton Cabral
 Helvídio Nunes
 José Lindoso

SUPLENTES**ARENA**

Domício Gondim
 Milton Campos
 Geraldo Mesquita
 Flávio Brito
 Leandro Maciel

MDB

Amaral Peixoto

Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

Gustavo Capanema
 João Calmon
 Tarso Dutra
 Geraldo Mesquita
 Cattete Pinheiro
 Milton Trindade

SUPLENTES**ARENA**

Arnon de Mello
 Helvídio Nunes
 José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

COMPOSIÇÃO**TITULARES**

Celso Ramos
 Lourival Baptista
 Saldanha Derzi
 Geraldo Mesquita
 Alexandre Costa
 Fausto Castello-Branco
 Ruy Santos
 Jessé Freire
 João Cleofas
 Carvalho Pinto
 Virgílio Távora
 Wilson Gonçalves
 Mattos Leão
 Tarso Dutra

SUPLENTES
ARENA

Cattete Pinheiro
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Minton Trindade
 Dinarte Mariz
 Emival Caiado
 Flávio Brito
 Eurico Rezende

MDB

Amaral Peixoto

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças. — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

Heitor Dias
 Domício Gondim
 Paulo Torres
 Benedito Ferreira
 Eurico Rezende
 Orlando Zancaner

SUPLENTES**ARENA**

Wilson Campos
 Accloly Filho
 José Esteves

MDB

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcante

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guilomard

Milton Trindade

Domicio Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emival Calado

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Ceiso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

TITULARES

Paulo Tórres
Luiz Cavalcante
Virgílio Távora
José Gulomard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

SUPLENTE**ARENA**

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: terça-feira, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heltor Dias
Jessé Freire

SUPLENTE**ARENA**

Magalhães Pinto
Gustavo Capanem
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quarta-feira, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

SUPLENTE**ARENA**

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: quarta-feira, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contêdo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

- a) Classificação, por artigo, do Código Civil V
- b) Legislação Complementar CLXV

II PARTE

- a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil I
- b) Julgamentos 27

III PARTE

- a) Índice alfabético remissivo 389
- b) Índice numérico por espécie de processo 458

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro - GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20